

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - PTDSS



Fontes: PTDS 1ª versão; sites: www.flickr.com/photos/aragao/2252018770/ ; imoveis.mitula.com.br/imoveis/fazendas-curral-bahia

Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu

Versão: III (2ª Atualização)

13/11/2016



Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR
Secretaria de Planejamento -SEPLAN

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DO TERRITÓRIO PIEMONTE DO PARAGUAÇU

Comissão de Coordenação do Núcleo Diretivo

Juvenal Moraes	CETEP	Itaberaba
Marcelo da Rocha Santos	Coordenação municipal de Agricultura	Macajuba
Airton J. B. Martins	Secretaria Municipal de Governo	Rafael Jambeiro
Wilian Correia dos Santos	Sindicato dos professores	Boa Vista do Tupim
Edmario dos Reis Batista	UMESA	Itaberaba
Tito da Silva Santos	ABPC	Ruy Barbosa

Representantes do Núcleo Diretivo Territorial

Nome	Instituição	Município
Wilian Correia dos Santos	Sindicato dos professores	Boa Vista do Tupim
Iana da Silva Fraga	Gabinete da Prefeitura	
Antonio Mascarenhas Gonçalves	CMDS	Iaçu
Jaqueline de Pádua Oliveira	Secretaria Municipal de Ação Social	

Edinalva Nolaço	CMDS	Itaberaba
Juvenal Moraes	CETEP	
Paula Sancho	Secretaria Municipal de Agricultura	Itatim
Maria das Graças Novais da Silva	Igreja Católica	
Edmundo Carvalho Santos	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico	Lajedinho
Maria da Conceição de Oliveira Matos	Conselho Municipapl de Educação-CME	Macajuba
Marcelo da Rocha Santos	Coordenação municipal de Agricultura	
Vinicius Midley S. Santos	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Mundo Novo
Miraldo S. Florêncio	CMDS	
Airton J. B. Martins	Secretaria Municipal de Governo	Rafael Jambeiro
Cecilia P. Santiago	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
Adenilton G. Sampaio	Secretaria Municipal de Agricultura	Ruy Barbosa
Roque Pereira da Silva	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
Mila F. da S. Nogueira	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Santa Terezinha
Roque N. de Oliveira	Central das Associações de Stª Terezinha	
Marcos S. Barros	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Planejamento e meio Ambiente	Tapiramuta

Coordenação das câmaras temáticas

Isis fraga - Câmara Temática de Cultura

Adenilton Gomes - Câmara Temática de Agricultura

Arthur Soares Francelino - Câmara Temática de Meio Ambiente

Laurita Gomes de Jesus - Câmara Temática da Mulher

Katiusy Melo Brandão - Câmara Temática de Educação

Equipe técnica de Elaboração e Sistematização

Valmir Macedo de Souza

Clênio Monteiro de Oliveira

Henrique Oliveira de Andrade

Contribuições

Ildes Ferreira de Oliveira

Robson de Andrade Santos

Ivan Leite Fontes

Sarana Kellen Souza Brito

Luiz Denis Graça Soares

Patricia Rejane Martins Bastos

Novembro de 2016

LISTA DE ABREVIACÕES

ABPC – Associação Beneficente Pró Cultura

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BAHIATER- Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CETEP- Centro Territorial de Educação Profissional

CMDS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

CODESPP – Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território Piemonte do Paraguaçu

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

CME – Conselho Municipal de Educação

CMI – Conselho Municipal do Idoso

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTPM – Conferência Territorial de Políticas para as Mulheres

CREA – BA – Conselho de Engenharia e Agronomia da Bahia

DATASUS- Departamento de Informática do SUS

DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável

EFA - Escola Família Agrícola

EMBRABA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Médio

IFBA – Instituto Federal da Bahia

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores

ISS- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITIBI- Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NBR – Normas Brasileiras

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAT – Plano de Ações Territoriais

PIB- Produto Interno Bruto

PMDS – Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNDE – Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNDS- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde

PNDRSS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA- Plano Plurianual

PROAGRI – Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor

PROINF - Projetos de Infra-Estrutura

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTDSS- Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SAN –Segurança Alimentar e Nutricional

SDR –BA – Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAGRI – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária

SEC – Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SEMAF – Serviço Municipal de Apoio a Agricultura Familiar

SEPLAN –BA – Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SETAF - Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar

SUS – Sistema Único de Saúde

UF – Unidade da Federação

UMESA- União Municipal dos Estudantes Secundaristas e Universitários de Itaberaba e demais Cidades do Estado da Bahia

UPA- Unidade de Pronto Atendimento

UTI – Unidade de Terapia Intensiva.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

		Pag.
Fig. 1 e 2	Fotos da Oficina Territorial.	09
Fig. 3	Mapa do Estado da Bahia identificando os territórios de identidade	13
Fig. 4	Mapa do Território Piemonte do Paraguaçu.	13
Fig. 5 e 6	Fotos caracterizando aspectos geoambientais do Território	16
Fig. 7;8e 9	Fotos demonstrando alguns aspectos culturais do Território	18
Fig. 10; 11 e 12	Fotos de atividades de alguns setores de serviços prestados no Território, geradores de emprego.	19
Fig. 13; 14 e 15	Fotos de algumas atividades econômicas no setor de produção do Território.	22
Fig 16; 17 e 18	Algumas figuras demonstrando situação de vulnerabilidade social no território.	24
Quadro I	Municípios que Integram o Território, População, Área e Densidade Demográfica.	14
Quadro II	Estimativa Populacional Segundo os Municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 211 a 2015.	14
Quadro III	Produto Interno Bruto, por setores de atividade econômica, em milhares de reais, a preços correntes, segundo os municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2013.	21
Quadro IV	Participação percentual da Administração pública, no PIB dos municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2010 a 2013.	22
Quadro V	Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 1991, 2000 e 2010.	25
Quadro VI	Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica.	31
Quadro VII	Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental.	32
Quadro VIII	Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural/ Educacional.	33
Quadro IX	Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional.	34
Quadro X	Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva.	37

Quadro XI	Eixo Estrutura Fundiária e Acesso a Terra.	46
Quadro XII	Eixo Formação Cidadã e Organização Social.	47
Quadro XIII	Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos.	57
Quadro IV	Eixo Gestão de Recursos Hídricos.	64

ÍNDICE

	Pag.
Apresentação	09
1. CAPÍTULO 1 - DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO	11
1.1 Histórico	11
1.2 Localização e Caracterização	12
1.2.1 Aspectos Geoambientais	16
1.2.2 Aspectos Culturais	18
1.2.3 Aspectos Socioeconômicos	19
1.2.4 Vulnerabilidade Social	24
1.3 Desenvolvimento Sustentável: uma pequena reflexão.	26
1.4 Desafios e Potencialidades nas Dimensões do Desenvolvimento Sustentável.	29
1.4.1 1. Dimensão Socioeconômica	30
1.4.2 2. Dimensão Ambiental	31
1.4.3 3. Dimensão Sociocultural / Educacional	33
1.4.4 4. Dimensão Político Institucional	34
2. CAPÍTULO 2 - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS.	35
2.1 Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva.	37
2.2 Eixo Estrutura Fundiária e Acesso a Terra.	46
2.3 Eixo Formação Cidadã e Organização Social.....	47
2.4 Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos.	57
2.5 Eixo Gestão de Recursos Hídricos.	64
3. CAPÍTULO 3 - GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

Apresentação

Este trabalho é a segunda atualização do PTDSS Piemonte do Paraguaçu, resultado dos debates e construção participativa do processo de desenvolvimento desejado pelos atores sociais da região. Contou com a participação de uma equipe de consultores e de algumas instituições de apoio, dentre elas a SDR-BA, a SEPLAN-BA, o IFBA, além de diversas organizações da sociedade civil e do poder público que compõe o território.

Fig. 1 e 2– Fotos da oficina Territorial



Fonte: Equipe Técnica.

O processo de elaboração do mesmo se deu tomando como referência a segunda versão do PTDSS (resultado da primeira atualização) e a matriz básica apresentada pela SEPLAN-BA, que norteou a estrutura básica deste plano. A partir de tal estrutura foi organizada as proposições já identificadas em outros trabalhos além da versão anterior do PTDSS, como as oficinas e eventos voltados ao tema, dentre estes a Conferência Nacional de ATER, o PPA Participativo do Estado da Bahia, gerando assim um documento base.

A partir deste documento base foram realizadas plenárias de debates com a sociedade do território buscando realizar um diagnóstico da realidade atual e identificar proposições para atender a demanda para o desenvolvimento sustentável do referido território.

No primeiro momento, foi realizada uma primeira oficina para ajustes, alteração, exclusão e inclusão de proposições verificadas pelos representantes da sociedade participantes da oficina. Num segundo momento, foi submetido aos representantes das câmaras temáticas do território, as quais fizeram suas considerações e complementos ao trabalho em construção. Num terceiro momento, foi realizada uma plenária de análise e aprovação do trabalho, e a partir dessa etapa foi gerado esse relatório.

É um trabalho que foi acompanhado e monitorado pelo CODETER - Conselho de Desenvolvimento do Território o qual está composto por 71 entidades do poder público e 71 entidades da sociedade civil, sendo estas entidades formadas por associações, cooperativas, movimentos sociais, sindicatos, igrejas, instituições do poder municipal e estadual.

Dentre os membros do CODETER há a formação de um comitê gestor formado por 11 representantes do poder público e 11 representantes da sociedade civil, do comitê gestor há a formação de uma comissão de coordenação composta por 6 representantes (3 do poder público e 3 da sociedade civil) os quais têm realizado ações no sentido de garantir a ampliação da participação no planejamento e gestão do processo de desenvolvimento do Território. Todo esse movimento de sensibilização e mobilização buscou e continua buscando garantir a articulação dos municípios para permitir a continuidade do processo de planejamento; etapa indispensável à definição e implementação de políticas públicas.

Este Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDS, assim, é uma construção coletiva e por isso goza da legitimidade necessária para se tornar num efetivo instrumento do processo de desenvolvimento sustentável territorial.

Está composto de três capítulos: O primeiro capítulo, onde apresenta aspectos sobre a sua criação, sua caracterização, e um diagnóstico atual socioeconômico e demográfico; O segundo capítulo, onde está apresentada a matriz de objetivos, estratégias e metas, voltada para cinco eixos estratégicos de desenvolvimento, sendo eles: O Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva; O Eixo Estrutura Fundiária e Acesso a Terra; O Eixo Formação Cidadã e Organização Social; O Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos; e O Eixo Gestão de Recursos Hídricos. E o terceiro capítulo, apresentando a metodologia de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento do PTDS.

Registramos, finalmente, nossos agradecimentos às organizações da sociedade civil e aos setores do poder público que compreenderam e assimilaram a política territorial como instrumento do desenvolvimento sustentável e se empenharam na elaboração deste documento de atualização do PTDS, bem como às instituições que vêm nos apoiando nessa caminhada: A SEPLAN, A SDR/CAR/BAHIATER/SUAF, o IFBA.

Coordenação do CODETER

CAPITULO 1 - DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

1.1. Histórico

A criação do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu ocorreu em março de 2004, a partir de reunião realizada em Ruy Barbosa, sob a orientação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A denominação se deu para homenagear o mais importante rio da região: o Paraguaçu. A partir de então se começou a discutir, de forma coletiva, a realidade socioeconômica, as características culturais, ambientais, políticas, as cadeias produtivas, constituindo-se em um Comitê Gestor para conduzir o processo, buscando a integração do poder público e da sociedade civil organizada.

O reconhecimento e a homologação do Território, por parte da SDT/MDA, ocorreu no ano de 2005, por reivindicação do próprio Comitê Gestor, que já havia iniciado, no ano anterior, a formação do ambiente institucional, espaço de democracia para o debate, definição e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos Municípios, permitindo, inclusive, a elaboração de projetos de infraestrutura apoiados pelo MDA.

Com o passar do tempo, com a continuidade das discussões e busca do avanço no processo de organização, muitas mudanças ocorreram, tanto na esfera da organização como da concepção do desenvolvimento, antes focada apenas na área rural. Hoje, a compreensão é de que o desenvolvimento sustentável é abrangente, contemplando toda a geografia do Território, o rural e o urbano, assim como todas as classes sociais, raças e etnias.

O Território Piemonte do Paraguaçu é, na prática, uma Unidade de planejamento e de gestão do seu processo de desenvolvimento, definindo e acompanhando as políticas públicas geradoras de bem-estar e qualidade de vida. O Conselho Territorial procura, agora, com a formação de nova teia social, arquitetar o palco apropriado para a participação ativa da população na construção da sua história, definindo, ela própria, ao lado do poder público, as políticas públicas capazes de gerar desenvolvimento.

Assim, instala-se a construção de processos de desenvolvimento sustentável e nele aflora a capacidade de articulação e mobilização da população, tanto pertencente a uma comunidade, como em toda a região. Nesse sentido o conselho territorial juntamente com as

“câmaras temáticas”¹ vem desenvolvendo essa articulação para fortalecer os diversos segmentos produtivos e representativos do território, colaborando para corrigir as deficiências do poder público em atender as demandas da sociedade.

1.2. Localização e Caracterização

O Território Piemonte do Paraguaçu situa-se na mesorregião do Centro-Norte Baiano. É composto por 13 (treze) municípios: Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá. Sua população, em 2010, era de 265.630 pessoas de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, e extensão total de 17,7 mil quilômetros quadrados. O maior município do território é Itaberaba, com população de 61,6 mil habitantes. Nenhum dos demais municípios tinha população superior a 30 mil habitantes em 2010, embora Ruy Barbosa – com 29,8 mil moradores – estivesse perto desse limite;

O Território apresenta uma densidade demográfica relativamente baixa, menos de 11 habitantes por quilômetro quadrado. O acesso se dá principalmente pelas rodovias BA 052, BA 263 e BR 242, em boas condições de conservação.

A sede do Território fica no Município de Itaberaba, localizado às margens da BR 242, a 267 km de Salvador. Sua localização no estado é possível ser visualizada no mapa do Estado da Bahia abaixo, com o número 14.

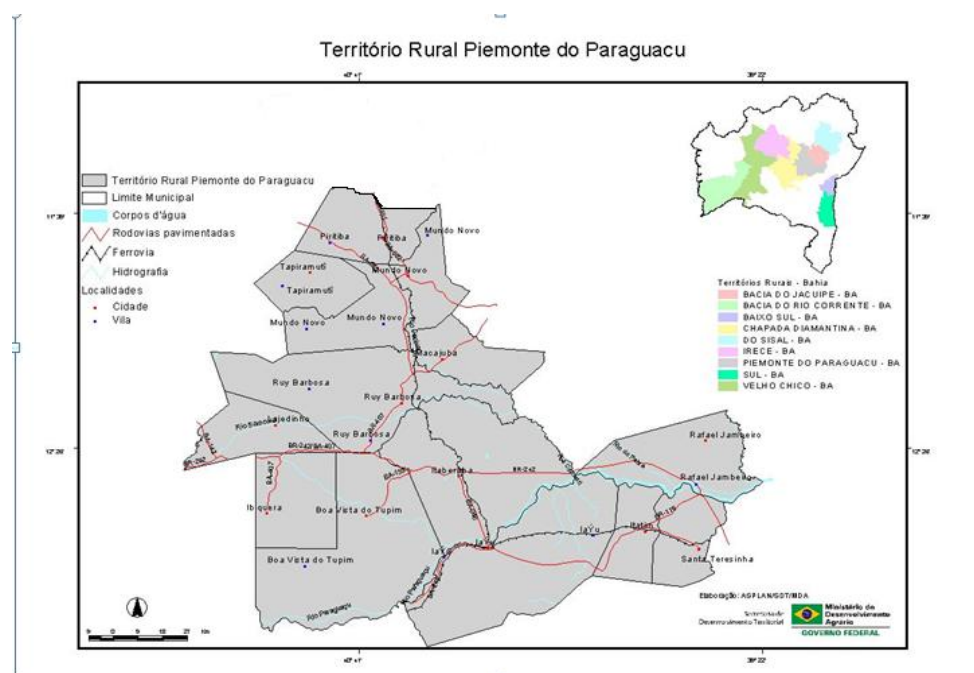
¹ Grupos de trabalho representativos de cada segmento da sociedade. Nesse território já está formado cinco câmara temáticas: Câmara temática da educação; do meio ambiente; da cultura; da agricultura familiar; e da mulher.

Fig. 3 – Mapa do Estado da Bahia identificando os territórios de identidade



Fonte disponível em : <https://www.google.com.br/search?q=mapa+dos+territorios+da+bahia&client>

Fig. 4 - Mapa do Territorio Piemonte do Paraguaçu



Quadro I – Municípios que Integram o Território, População, Área e Densidade Demográfica.

Município	População 2010	Km²	Densidade Demográfica
Boa Vista do Tupim	17.991	2.811,232	6,4
Iaçu	25.736	2.451,422	10,50
Ibiquera	4.866	945,299	5,15
Itaberaba	61.631	2.343,505	26,30
Itatim	14.522	583,446	24,89
Lajedinho	3.936	776,060	5,07
Macajuba	11.229	650,301	17,27
Mundo Novo	24.395	1.493,344	16,33
Piritiba	22.399	975,572	22,96
Rafael Jambeiro	22.874	1.207,219	18,77
Ruy Barbosa	29.887	2.171,509	13,76
Santa Terezinha	9.648	707,238	13,64
Tapiramutá	16.516	663,882	24,88
Total	265.630	17.780,03	15,84

Fonte: www.ibge.gov.br (cid@ades) – 2010

Quadro II - Estimativas populacionais, segundo os municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2011 a 2015.

UF / Território / Município	2011	2012	2013	2014	2015
Bahia	14.097.534	14.175.341	15.044.137	15.126.371	15.203.934
Piemonte do Paraguaçu_total	265.630	265.410	265.977	281.862	282.525
Boa Vista doTupim	17.991	17.944	17.898	18.888	18.677

Iaçu	25.736	25.524	25.319	26.591	26.382
Ibiquera	4.866	4.870	4.874	5.158	5.149
Itaberaba	61.631	61.838	62.037	65.806	66.065
Itatim	14.522	13.775	13.841	14.700	14.691
Lajedinho	3.936	3.908	3.881	4.079	3.993
Macajuba	11.229	11.215	11.201	11.835	11.836
Mundo Novo	24.395	24.635	24.867	26.518	26.935
Piritiba	22.399	22.658	22.907	24.462	24.785
Rafael Jambeiro	22.874	22.896	22.916	24.258	24.305
Ruy Barbosa	29.887	29.950	30.010	31.799	31.780
Santa Terezinha	9.648	9.722	9.792	10.423	10.514
Tapiramutá	16.516	16.475	16.434	17.345	17.413

Fonte: DATASUS

1.2.1. Aspectos Geoambientais

Fig. 5 e 6. Fotos caracterizando aspectos geoambientais do Território



Fonte: Equipe Técnica

No Território Piemonte do Paraguaçu predomina o bioma Caatinga e o regime climático mais comum é o Tropical Semiárido. O conjunto dos municípios do território apresenta grande amplitude térmica, oscilando entre a mínima de 14,5 graus e máxima de 36 graus. O clima da região é tropical sub-úmido com temperatura média anual entre 22°C e 24°C e índice pluviométrico entre 600 mm e 800 mm, com precipitações que se concentram no período de novembro a janeiro (BAHIA, 2016).

Os tipos de solo mais comuns são o Argissolos, Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico, Latossolo Vermelho-Amarelo Álico e faixas de Solos Litólicos, com aptidão regular para a agricultura, principalmente para produção de grãos, frutas e cereais (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013 apud BAHIA, 2016).

A topografia limita as atividades agrícolas em grande parte da área, o que é compensado pela fertilidade dos solos que dispensam qualquer tipo de adubação, exigindo, em algumas localidades, a aplicação de fosfato e calcário como formas de aumentar o potencial produtivo.

A Depressão Sertaneja, o Planalto Soerguido e o Patamar Colinoso de Tapiramutá são as formas de relevo que predominam no TI. Existem ainda Tabuleiros Interioranos e Residuais das Depressões Interplanálticas, no leste, e o Piemonte da Chapada Diamantina, na borda oeste. A porção central, Planalto Soerguido, entre Mundo Novo e Iaçú, registra as

maiores altitudes, chegando aos 1.000 m (BRASIL, 1981,1982; BAHIA, 2013, apud BAHIA, 2016).

A vegetação predominante se classifica como floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, com contato cerrado; floresta decidual submontana, contato caatinga; floresta ombrófila densa; e caatinga arbórea densa, com palmeira e caatinga aberta. Há muitas espécies de plantas ornamentais nativas, especialmente bromélias e orquídeas.

É uma área bastante antropizada, com forte presença de pastagens em toda a sua extensão. As policulturas de subsistência e culturas irrigadas aparecem em Itaberaba e na faixa oeste. Outros cultivos identificados são de manga, feijão, horticulturas, milho, citros, espalhados pelo território (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013, apud BAHIA, 2016).

Entre os animais silvestres, ainda se fazem presentes: O quati, a cotia, a capivara, a onça-pintada e a suçuarana, além de répteis como a tartaruga, o teiú, diversos tipos de sapos e rãs, e serpentes como a jararaca, o cascavel, a jibóia e a sucuri. Diversas aves habitam a região, destacando-se várias espécies de periquitos, papagaios, canário, curiós e araras.

Os recursos hídricos estão concentrados na Bacia do Paraguaçu, cujos principais rios são o rio Paraguaçu, rio Capivari, rio Santa Isabel, rio Espírito Santo, rio Tupim. Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Iaqu, Itatim e Rafael Jambeiro são os municípios que fazem fronteira com o rio Paraguaçu no território. As águas do Paraguaçu alimentam também além desses municípios, os municípios de Ruy Barbosa, Macajuba, Ibiquera e Lajedinho.

Quatro importantes espelhos d'água estão parcial ou completamente inseridos no TI: Açude do Arroz (Piritiba), Barragem Bandeira de Melo (Boa Vista do Tupim), Barragem do França (Piritiba) e Açude Juracy Magalhães (Itaberaba).

Os recursos minerais armazenados no subsolo são ainda hoje, pela formação geológica constituídos por granito-gnaisses, gnaisses charnockíticos, rochas ultrabásicas, biotita sranitos, rochas básicas-ultrabásicas, biotita-granitóide, sienitos, depósitos eluvionares e coluvionares, diatexitos, granitóides, metatexitos, grauvacas, calcários, argilitos, arcóseos, anfíbolitos, charnockitos, granulitos, siltitos, com ocorrência mineral de Caulim, Cristal de Rocha, Cromo e Grafita (BAHIA, 2016).

Apesar da mobilização de organizações da sociedade civil e de alguns esforços governamentais pela preservação socioambiental, o processo de degradação do meio ambiente é progressivo, com extinção de várias espécies animais e vegetais. Além da ausência de uma *cultura ambiental* no conjunto da população, o que contribui significativamente para as ações

predatórias. Há medidas que contribuem de forma mais expressiva para a degradação ambiental, a exemplo de projetos de irrigação sem as medidas protetoras básicas.

Há o agravante das queimadas, prática ainda rotineira dos agricultores para a implantação de lavouras e pastagens, com o agravamento de incêndios em grandes proporções nos períodos mais secos. Há, ainda, a extração predatória de madeira para a construção civil, para transformar em estacas ou para ser utilizada como combustível, além da ação criminosa de caçadores que já colocaram em extinção algumas espécies de mamíferos, répteis e aves. Porém, a prática agrícola tradicional da queima e coivara para a implantação de lavouras e pastagens contribui, sobremodo, para agravar o problema, além das ações predadoras dos caçadores, através das fogueiras.

1.2.2. Aspectos Culturais

Fig. 7; 8 e 9 – Fotos demonstrando alguns aspectos culturais do Território



Fonte: PTDS 1ª versão; itaberabaemdestaque.blogspot.com.br/2013/06/batizado-de-capoeira-levou-150-pessoas.html; Divulgação/PMBVT.

“A cultura é a alma de um povo”, diz-se com frequência, não passando no cotidiano, essa máxima, de mera retórica. Mas a partir da presença de grupos de resistência cultural, passou-se a reconhecer que a cultura, em todas suas dimensões, é elemento constitutivo indispensável do processo de desenvolvimento sustentável pelas características que lhe são peculiares. É através da cultura que se consegue preservar a memória de um povo; cultura que se aglutinam pessoas para fins diversos; que se desenvolvem o espírito e o sentimento cívico e solidário, de valorização daquilo que é próprio de um grupo e de uma comunidade; que se transmitem, de geração para geração, conhecimentos não registrados pela escrita. Através da cultura é possível elevar o nível de auto-estima das pessoas e das comunidades (PTDS, 2010).

É preciso compreender a cultura como um bem necessário e imprescindível à construção da identidade, formação e realização do ser humano; uma cultura que é produzida no cotidiano, na vivência das experiências sociais, na constituição da memória popular, na transmissão do saber popular através das sucessivas gerações. A cultura deve ser entendida como a própria forma de vida, como a própria forma de luta para o avanço da humanidade. Nesta perspectiva, as experiências culturais são os principais caminhos na afirmação da plena cidadania e principalmente de ações sustentáveis no desenvolvimento de uma comunidade.

São ricas, em todo Território, as formas de expressão culturais, desde as mais rebuscadas, àquelas nutridas espontaneamente pela população que carecem de estímulo e valorização, resgatando inclusive aquelas formas em decadência devido ao crescimento da “cultura de mercado”. Assim, o fator cultural perpassa desde aspectos simples da vida das pessoas até aqueles mais sofisticados de produção artística. Ela se destaca enquanto valor simbólico-imaterial imbricada nas tradições, nos memoriais, nas datas comemorativas, nos festejos e formas de lazer, nas criações artísticas. É praticamente consenso, hoje, que a cultura é elemento essencial e indispensável a qualquer programa de desenvolvimento sustentável (PTDS, 2010).

1.2.3. Aspectos Socioeconômicos

Fig. 10; 11 e 12 –Fotos de alguns serviços prestados no território, geradores de emprego.



Fontes: www.revistadehistoria.com.br/secao/sala-de-aula/nota-dez; www.ibraenf.com.br/; <http://ascoseba.com.br/wp-content/uploads/2014/12/servidores-da-limpeza-publica-em-boa-vista-do-tupim>

A respeito da saúde quando observamos dados do DATASUS sobre mortalidade infantil no território entre os anos de 2002 até 2015, percebe-se que houve uma redução considerável de 2002 para 2008 saindo da taxa de 20,7 para 10,5 voltando a crescer de 11,6 em 2009 para 17,2 em 2015. Isso significa que teve forte influencia com a chegada dos

programas sociais do governo Lula em 2003, mas que os programas não estão sustentando o suficiente para manter as famílias atentas e com condições de renda estável que possibilite melhor qualidade de vida e cuidado com o recém-nascido.

Embora tenha havido um aumento em número de estabelecimentos e profissionais de saúde no período de 2010 para 2015 no território, ainda está com muitas deficiências no atendimento das diversas especialidades, o que leva grande parte da população a se deslocar para Feira de Santana e Salvador para buscar atendimento médico.

Referente à educação, observa-se que a taxa de analfabetismo no território do ano de 2000 foi de 29,0% reduzindo para 22,9% em 2010. Isso demonstra uma evolução no combate ao analfabetismo, porém ainda muito tímido, pois a expectativa da população é que essa taxa seja reduzida a zero. Os municípios de Rafael Jambeiro, Boa Vista do Tupim e Ibiquera são os que apresentam as maiores taxas de analfabetismo, carecendo de uma maior atenção para inclusão de todas as crianças na escola, além da necessidade de implantação de programa de alfabetização de adultos.

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino fundamental, séries iniciais, do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, no ensino público 2005 a 2013 passou de 2,38 em 2005 para aproximadamente 3,73 em 2015. Já nas séries finais esse índice no Território passou de 2,13 em 2005 para aproximadamente 2,92 em 2015. Percebe, portanto que o IDEB no ensino público nas séries finais do ensino fundamental, foi menor e teve menor evolução nesse período estudado de que nas séries iniciais.

Ao analisarmos o Produto Interno Bruto –PIB a preços correntes, em milhões de reais, do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 1999 a 2013, observa-se que este passou de 333 milhões em 1999 para 2 bilhões e 52 milhões em 2013.

Quanto à composição do Produto Interno Bruto (PIB), observe-se que o setor preponderante é o terciário, de serviços, que inclui o comércio e o setor público. Isso significa dizer que os setores que efetivamente produzem riquezas (o primário e o secundário, ou seja, o agropecuário e o industrial) representam somente aproximadamente 18,% do PIB; e aproximadamente 82% são provenientes do setor de serviços que, como se sabe, lida com riquezas produzidas noutros setores.

A atividade de prestação de serviços, portanto, é quem gera a maior parte da economia do território conforme pode se ver no quadro III a seguir.

Quadro III - Produto Interno Bruto, por setores de atividade econômica, em milhares de reais, a preços correntes, segundo os municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2013.

UF / Território / Município	Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1.000)	Valor adicionado			Adminis- tração pública ² (R\$ 1.000)	Impostos sobre produtos (R\$ 1.000)
			Agropecuária (R\$ 1.000)	Indústria (R\$ 1.000)	Serviço ³ (R\$ 1.000)		
Bahia	204.265	13.586	13.139	36.471	128.043	36.531	26.570
Piemonte Paraguaçu – total	2.052	7.281	205	169	1.526	675	153
Boa Vista do Tupim	110	5.843	28	5	75	50	2
Iaçu	149	5.613	20	10	114	67	5
Ibiquera	24	4.738	5	1	18	13	0
Itaberaba	577	8.762	36	52	442	152	47
Itatim	261	17.778	3	15	204	39	39
Lajedinho	32	7.901	5	1	24	12	2
Macajuba	61	5.190	10	3	46	31	2
Mundo Novo	122	4.594	21	5	92	57	4
Piritiba	113	4.627	12	6	91	55	4
Rafael Jambeiro	216	8.922	10	10	170	59	26
Ruy Barbosa	235	7.400	25	51	143	73	16
Santa Terezinha	51	4.846	5	3	41	26	2
Tapiramutá	99	5.721	24	8	65	41	3

Fonte: IBGE

² Saúde e educação pública e seguridade social.

³ Inclusive administração pública, saúde educação públicas e seguridade social.

Fig. 13; 14 e 15 – Fotos de Algumas atividades econômicas no setor de produção do território.



Fonte: Fotógrafo Equipe Técnica

O setor agropecuário ocupa o segundo lugar na formação do Produto Interno Bruto (PIB), conforme se pode constatar no Quadro III acima, e em terceiro o setor industrial. É possível se vê que só a prestação de serviços do setor público já supera a geração de renda tanto do setor industrial quanto do agropecuário, o que indica que como se trata de uma região com boas condições para o setor produtivo, inclusive uma região bem localizada com bons acessos de rodovias estaduais e federais, e relativamente próxima da capital do estado, falta uma maior pujança no setor produtivo tanto no primário (agrícola) quanto no secundário (industrial), que gere empregos e diminua o “inchaço” de cargos comissionados que normalmente ocorre nas prefeituras como compensação à demanda de ocupação de mão de obra. Um maior investimento no setor agropecuário certamente daria maior movimentação no setor industrial e comercial de forma a locomover parte dessa mão de obra do setor público para o setor produtivo.

Quadro IV - Participação percentual da Administração publica, no PIB dos municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2010 a 2013.

Município	2010	2011	2012	2013
Bahia	16,7	17,4	17,6	17,9
Piemonte do Paraguaçu_total	34,9	35,0	34,2	32,9
Boa Vista do Tupim	44,4	45,9	47,3	45,7
Iaçu	32,7	35,0	39,8	44,8

Ibiquera	49,3	49,9	51,3	54,1
Itaberaba	30,0	29,1	27,6	26,4
Itatim	23,2	22,1	21,1	15,0
Lajedinho	34,9	42,1	44,5	36,3
Macajuba	50,2	51,9	51,4	49,8
Mundo Novo	39,5	42,0	45,6	46,6
Piritiba	45,3	47,0	48,8	48,4
Rafael Jambeiro	32,7	33,6	26,0	27,2
Ruy Barbosa	33,3	34,7	33,2	31,1
Santa Terezinha	52,4	50,2	48,3	52,0
Tapiramutá	40,5	36,6	38,8	41,1

Fonte: IBGE

Quando se observa a participação do setor público no PIB, conforme o quadro IV, no período do ano de 2010 a 2013, pode-se ver que há uma variação onde alguns municípios aumentaram e outros diminuíram, no somatório total entre os municípios houve um decréscimo nessa participação, que resultou numa queda a respeito desse setor na dimensão territorial. Acredita-se que essa oscilação deve-se à troca de gestores públicos que ocorreu no ano de 2010, onde o comportamento administrativo pode ter influenciado, uns aumentando seu número de contratados e outros diminuindo.

Verificando dados do tribunal de contas do município, podemos constatar que as finanças municipais do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, somaram-se em 2015 um total de 14.832.221,50 de impostos municipais (IPTU, ISS E ITBI) e R\$ 50.026.192,00

gerados por impostos estaduais (ICMS E IPVA). E um total de R\$ 332.350.190,19 de transferências do estado e união para os municípios, sendo deste total R\$ 51.764.155,77 referente a cotas do estado distribuídas aos municípios e R\$ 280.586.034,42 de transferências constitucionais da união para os municípios do território.

Assim percebe-se que 83% do recurso que movimenta a administração pública do território, vem da transferência do estado e da união, o que reforça os argumentos aqui já explicitados da influência do setor público na geração da renda do território. Disso decorrem duas consequências: a dependência do erário municipal para com o Estado e a União e a indisponibilidade de recursos para investimentos próprios, já que os recursos oriundos das esferas estaduais e federais são sempre *carimbados*, com destinação específica e que assim explicita também a necessidade de mais atenção ao setor de produção para que haja crescimento e conseqüentemente uma melhor proporcionalidade a respeito da geração de renda com o setor de serviços públicos.

A Agricultura familiar no território, certamente, tem prevalência em toda produção agropecuária, já que se revela mais produtiva. Em um levantamento feito até o ano de 2000 apresentados pelo IBGE no censo agropecuário de 2006, do total de estabelecimentos agrícolas no território, 83,5% são da agricultura familiar, contra 16,5% da agricultura não familiar. Quanto à área ocupada, a situação se inverte: a agricultura familiar ocupa apenas 25,3% da área, contra 74,7% da agricultura não familiar. Essa situação é pouco pior em relação ao Estado, onde os estabelecimentos da agricultura familiar representaram nesse período, apenas 13% e ocupam 34% da área total.

1.2.4. Vulnerabilidade Social

Fig 16; 17 e 18 - Algumas figuras demonstrando situações de vulnerabilidade social no Território.



Fonte: Fonte: Fotógrafo Equipe Técnica; <http://calendariobolsafamilia.com/valor-bolsa-familia-2015/>

Quadro V- Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 1991, 2000 e 2010.

UF/ Município	1991	2000	2010
Bahia	0,386	0,512	0,660
Boa Vista do Tupim	0,230	0,365	0,551
Iaçu	0,281	0,396	0,574
Ibiquera	0,199	0,368	0,511
Itaberaba	0,344	0,472	0,620
Itatim	0,291	0,447	0,582
Lajedinho	0,234	0,341	0,546
Macajuba	0,247	0,374	0,524
Mundo Novo	0,289	0,416	0,590
Piritiba	0,303	0,428	0,578
Rafael Jambeiro	0,243	0,353	0,564
Ruy Barbosa	0,318	0,447	0,610
Santa Terezinha	0,278	0,414	0,587
Tapiramutá	0,268	0,395	0,594

Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano 2013

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), os dados refletem a situação de pobreza da população. Apenas Itaberaba e Ruy Barbosa apresentam dados mais confortáveis no ano de 2010, embora abaixo do necessário, e Ibiquera ocupa a última posição.

O número de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família e valor nominal total do repasse, segundo municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, Bahia, 2004 a 2015, passou de 23.881 famílias em 2004 como um montante de recurso de R\$ 14.876.932,00 para 45.097 famílias com um montante de R\$ 100.941.614,00. Isso significa que ao longo desses onze anos o programa Bolsa família aumentou sua abrangência incluindo famílias em vulnerabilidade social e que poucas tem se livrado da dependência do programa e pedido sua saída. Assim o número de famílias que entrou no programa nesse período foi maior que os que saíram, contribuindo para os dados crescentes de cadastrados no programa.

Os dados estudados do ano de 2000 até o ano de 2010, mostraram que havia pessoas extremamente pobres, segundo municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, um total de 38,6 % da população do território em 2000 e 22,68 % da população em 2010. Isso significa que os programas sociais implantados pelo governo federal nesse período influenciaram naturalmente reduzindo o número de pessoas em extrema pobreza.

1.3. Desenvolvimento Sustentável: uma pequena reflexão⁴

As mudanças sócio-econômicas e políticas registradas nas últimas décadas no contexto internacional, no marco geral de um novo paradigma de desenvolvimento, provocam uma importante revisão dos conceitos e propósitos tradicionais de desenvolvimento até pouco tempo limitado a uma expectativa de crescimento econômico. Com o realce que a questão ambiental ganha, especialmente a partir da década de setenta, e graças aos grandes avanços científicos e tecnológicos, registra-se uma reviravolta fundamental nas teorias de desenvolvimento. O desenvolvimento não pode mais ser interpretado apenas como ganhos econômicos e mesmo sociais num horizonte de curto e médio prazo, como predominou em todo o período de auge da teoria de desenvolvimento. Passa a ser visto de forma mais ampla e incorpora, por exemplo, a questão ambiental.

Na teoria marxista, a classe burguesa é vista como revolucionária⁵ pela sua capacidade de estar sempre em mudança, encontrando formas de renovar os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais como um todo, como estratégia para superação das crises cíclicas do capitalismo, fortalecer o processo de acumulação e de manutenção do poder. Uma das suas proezas, na pós-modernidade, é conseguir reunir setores antagônicos da sociedade em torno das mesmas questões. O desenvolvimento sustentável é um exemplo. Todos, indistintamente, independentemente da posição ou classe social, o defende. Mas do que estamos falando exatamente? O sentido é o mesmo para os capitalistas que precisam intensificar a exploração dos recursos naturais para disponibilizar mais produtos para o consumo de massa e aumentar o processo de acumulação e para os trabalhadores que são explorados no processo de produção e de consumo?

Nos últimos 40 anos, graças às tecnologias disponíveis, produziram-se mais objetos do que em toda história da humanidade. Era clara a ameaça de esgotamento dos recursos

⁴Ildes Ferreira / Valmir Macedo.

⁵ Ver o Manifesto Comunista, por exemplo.

naturais, seja pela exploração irracional, seja pela poluição. Mantido aquele ritmo, em pouco tempo seria necessário outro planeta só para armazenar os dejetos sólidos e líquidos porque a terra já não caberia mais. Já havia sinais de escassez de água em várias regiões do mundo e a poluição dos mananciais aquáticos era um dos responsáveis.

Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma conferência, em Estocolmo, para tratar do assunto, por pressão do Clube de Roma. É quando surge o conceito de *ecodesenvolvimento*, pensado por Maurice Strong e aperfeiçoado mais tarde por Ignacy Sachs, cujas características principais seriam a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica, o que nunca foi aceito pelas elites empresariais por implicar em limites ao consumo e à manipulação dos recursos naturais. A principal contribuição do conceito foi provocar um debate sobre as relações sociais no interior do capitalismo e a ação devastadora do capitalismo sobre o meio ambiente.

O debate se estabeleceu e na Assembléia Geral da ONU de 1983, surge o termo *desenvolvimento sustentável*: Cria-se a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que tinha por objetivo “propor estratégias ambientais de longo prazo para obter o desenvolvimento sustentável”. O conceito foi consagrado na *Agenda 21* assinada por mais de 170 países presentes à Eco-92⁶ e passou a ser usado pelas organizações da sociedade civil e pelos governos do mundo inteiro. O desenvolvimento sustentável seria o *futuro desejado*, o *futuro comum*. Mas o conceito esconde muitas armadilhas; Que tipo de desenvolvimento nós estamos buscando? E que tipo de sustentabilidade? O capitalismo globalizado, através de suas grandes corporações multinacionais que se fortalecem a cada dia, continua espoliando os países mais pobres; continua suas ações neocolonialistas, muitas vezes às custas de guerras e de massacres da população civil; globaliza e impõe seus padrões de cultura e de consumo. Apenas como ilustração, as riquezas minerais brasileiras (exceto o petróleo) estão praticamente entregues às multinacionais; as nossas produções tradicionais são substituídas por grandes empresas, transformando comunidades rurais em reféns de pacotes tecnológicos. E tudo isso é feito em nome do desenvolvimento sustentável.

É corrente o discurso, mesmo entre os segmentos subalternos da sociedade, sobre a necessidade de transferência de tecnologia dos países ricos para os países pobres como se estes países não tivessem condições de desenvolver suas próprias tecnologias. A questão é outra: Precisam-se aumentar os recursos destinados à pesquisa, à ciência e à tecnologia, criar

⁶ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro.

atrativos para nossos cientistas desenvolverem suas pesquisas sem precisarem migrar para outros países.

É preciso estar atento para que tipo de desenvolvimento sustentável estar-se buscando; certamente não será o mesmo para os segmentos capitalistas, que buscam a acumulação de riquezas e para os segmentos que buscam a distribuição dessas riquezas. Dificilmente será possível conciliar a conservação dos recursos naturais com as necessidades do capitalismo de aumentar o consumo. Na crise de 2009, os governos dos Estados Unidos e do Brasil conclamaram a população para ir às compras. É óbvio que aumentando o número de consumidores aumenta a pressão sobre os recursos naturais. É preciso, então, estar atento para o discurso e para os resultados dele; falamos, insistentemente, na necessidade de preservar a nossa caatinga, mas 653.000 hectares continuam sendo devastados todos os anos pelas intervenções para projetos de irrigação inadequados ao meio ambiente, para produção de lenha e carvão e para a agricultura e pecuária. Estima-se que 65% da cobertura original da caatinga já foram devastadas e temos 181.000 km² reconhecidos como de alto risco de desertificação em todo semiárido.

Que tipo de desenvolvimento sustentável nós estamos buscando? Suponhamos que em algum lugar implantem-se *projetos de desenvolvimento* que gere empregos, que valorize a cultura local, que preserve os recursos naturais (hídricos, fauna, flora etc.), que promova o turismo etc., mas as riquezas geradas são integralmente apropriadas pelos donos dos projetos e as condições sociais da população continuam as mesmas: a pobreza, a subalimentação, a moradia precária, a educação ruim etc. Esses projetos podem ser considerados sustentáveis?

Não podemos, acatar o conceito neoliberal de *desenvolvimento sustentável* que alcança, apenas, a questão ambiental. Sustentabilidade ambiental é fundamental e indispensável porque é condição para a manutenção da vida, mas é insuficiente. O nosso conceito de *desenvolvimento sustentável* incorpora as questões ambientais e as sociais, inclui, necessariamente, distribuição das riquezas; o desenvolvimento só é sustentável se buscar a preservação do meio ambiente e a justiça social. E, para isso, algumas características devem ser consideradas:

□ Deve buscar o *desenvolvimento local*, baseando-se, sempre, na realidade objetiva da comunidade (recursos naturais disponíveis, mão de obra, quantidade de terra e de animais, nível educacional e tecnológico etc.) e não em situações imaginárias. Por Desenvolvimento local entende-se um processo endógeno em um determinado território cujos habitantes sejam

capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

- Autogestionário, ou seja, a própria comunidade, por seus instrumentos democráticos, deve conduzir o processo, avaliando seus riscos e resultados;
- Autossuficiente: precisa encontrar os próprios meios para garantir a própria sustentabilidade, superando o tradicional modelo de dependência do Estado através de subsídios;
- Eficiente, isto é, precisa desenvolver tecnologias que permitam utilizar adequadamente os recursos naturais e humanos, garantindo condições de competitividade no mercado;
- Deve, por fim, cumprir a função social de gerar benefícios para toda coletividade e não apenas para os proprietários dos meios de produção.

Precisamos, portanto, avançar no conceito de *desenvolvimento sustentável* para além daquele defendido pelo projeto político neoliberal, incorporando os elementos que efetivamente assegurem a *sustentabilidade* do processo de desenvolvimento: A defesa ambiental e a justiça social.

No Território Piemonte do Paraguaçu o debate sobre a sustentabilidade tem ganhado avanços consideráveis em oficinas relacionadas ao tema meio ambiente e nos debates a respeito de propostas e projetos voltados para a produção agrícola.

1.4. Desafios e Potencialidades nas Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

No contexto histórico em que surgiu a discussão do desenvolvimento sustentável, a idéia do desenvolvimento implica na reparação de desigualdades do passado, buscando preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres (SACHS, 2008).

Nesse sentido Sachs define então 05 pilares do desenvolvimento sustentável:

- a) **Social**, sobre o qual serão consideradas todas as relações voltadas à pessoa humana, direitos, identidades sociais e culturais, relação da pessoa com o ambiente, enfim, a manutenção da estrutura social em boas condições de convívio entre pessoas e das pessoas com o espaço habitado.

- b) **Ambiental** como provedor dos recursos para sustentação da vida e como recipiente para a deposição de resíduos;
- c) **Territorial** relacionado à distribuição espacial dos recursos das populações e das atividades;
- d) **Econômico**, sendo a viabilidade econômica condição necessária para que as coisas aconteçam;
- e) **Político**, porque a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para que as coisas aconteçam (SACHES, 2008, apud SOUZA, 2014, p. 23).

Com base nesses pilares de desenvolvimento definido por Ignacy Sachs, considerado como um dos maiores estudiosos da sustentabilidade mundial, consultores que estudam a territorialidade no Brasil passaram a sistematizar orientações voltadas ao planejamento territorial determinando as seguintes dimensões a serem consideradas: Dimensão Sócioeconômica, Dimensão Ambiental, Dimensão Sociocultural Educacional, Dimensão Político-Institucional.

Para cada uma dessas dimensões apresentamos, portanto, a seguir os desafios e as potencialidades identificados para se buscar o desenvolvimento sustentável no território. Os desafios é o conjunto de situações que corresponde a obstáculos, barreiras, entraves, empecilhos e óbices para o desenvolvimento do território. E, as potencialidades é o conjunto de situações identificadas com possibilidades, aptidões, virtualidades, capacidades e faculdades, para promover desenvolvimento sustentável no território.

Todos os temas abordados em cada dimensão buscam contemplar os temas transversais – mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. Partindo dos estudos já realizados no território pelos grupos que elaboraram a primeira versão do PTDS e feita uma análise atual pelos consultores deste trabalho de atualização, foram identificados, portanto, os seguintes desafios e potencialidades apresentados nos quadros a seguir para cada dimensão em estudo.

1.4.1. Dimensão Socioeconômica

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: atividades produtivas e econômicas do território (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, agroindústria, artesanato, indústria, comércio, serviços, silvicultura, turismo), inclusão produtiva, emprego, geração de renda, empreendedorismo, economia solidária, cooperativismo, micro pequenas e médias empresas, capacitação técnica e para o trabalho, investimentos públicos, acesso à terra e água para produção, crédito, assistência técnica, cadeias produtivas, integração produtiva, parcerias público-privadas, consumo, abastecimento, armazenamento e comercialização.

Quadro VI – Desafios e Potencialidades na Dimensão Socioeconômica

DESAFIOS	POTENCIALIDADE
<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de produção insustentável com base na prática indiscriminada de queimadas e uso de agrotóxicos, além de uso de energia de alto custo para a produção agrícola, e práticas de cultivo e criação que levam a graves problemas ambientais como o índice crescente de desertificação no território. (consultores) - Insuficiência de política de ATER pública, gratuita e continuada, com redução de técnicos nas instituições executoras, tendo como uma de suas consequências o uso ineficiente do crédito rural (consultores); <p>Falta de planejamento e organização da gestão pública para desenvolver ações que fortaleça o turismo (oficina)..</p> <p>Falta de uma política de comercialização para a agricultura familiar no território (oficina).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de organização das várias associações para estar em condições de acessar créditos e outros benefícios (consultores). 	<ul style="list-style-type: none"> - Rio Paraguaçu, perene, passando por cinco municípios do território tendo ao seu entorno áreas favoráveis à fruticultura irrigada, à horticultura, a piscicultura e outras. - Presença de entreposto bem estruturado para beneficiamento do mel (consultores); - Presença das cadeias produtivas da bovinocultura, da pesca, da ovinocaprinoecultura, apicultura e da fruticultura e da mandioca (Consultores). - Os recursos naturais e equipamentos sociais existentes no Território favorecem a prática do ecoturismo, do turismo rural e turismo de eventos (consultores). - Existência de várias associações comunitárias. - Existência de programas do governo federal voltados a garantia da segurança alimentar, acesso água e apoio a agricultura familiar (PRONAF, DRS, Plano Safra, PROINF, PAC I e II) e outros programas como o Luz para Todos (consultores).

1.4.2. Dimensão Ambiental

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: água potável, águas residuais, áreas protegidas, resíduos sólidos, biodiversidade, mudança climática, contaminação ambiental, desertificação, erosão, desmatamento, aquíferos, rios, degradação e manejo do solo.

Quadro VII – Desafios e Potencialidades na Dimensão Ambiental

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<p>- Existência de problemas ambientais que afetam:</p> <p>a) os solos – desertificação e queimadas;</p> <p>c) as águas - assoreamento dos rios e açudes, destruição de matas ciliares e presença de resíduos de agrotóxicos nas águas superficiais e subterrâneas;</p> <p>c) a fauna e a flora - extinção de espécies animais e vegetais, desmatamento, queimadas, ocupação de áreas de preservação permanente.</p> <p>-Destinação inadequada de resíduos sólidos;</p> <p>-Falta capacitação em coleta seletiva de lixo em todos os municípios do território.</p> <p>- Inexistência de políticas de aproveitamento do lixo como fonte de renda e trabalho.</p> <p>Falta de Plano de resíduos sólidos (oficina).</p> <p>- Fragilidade da SEMA na fiscalização das unidades de conservação e das atividades que impactam negativamente o meio ambiente (PTDS).</p> <p>- Articular as ações dos vários conselhos de controle social (oficina)</p>	<p>- Diversidade de riquezas naturais</p> <p>- Ampliação do acesso à água através da construção de cisternas;</p> <p>- Criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente;</p> <p>- Comitês de Bacias Hidrográficas e Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente;</p> <p>- Experiências exitosas de comercialização de recicláveis.</p> <p>- Existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>

1.4.3. Dimensão Sociocultural / Educacional

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: acesso a serviços e infraestrutura pública (saúde, educação, proteção social, moradia, segurança, comunicações, energia, abastecimento d'água, saneamento, transporte, estradas, cultura, esporte e lazer), inserção social, combate a pobreza e pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, redução de desigualdades e promoção de igualdades sociais, crianças e adolescentes, juventude, mulheres, povos e comunidades tradicionais, pessoas com necessidades especiais, idosos, migrantes, memória coletiva, artes, gastronomia, música, literatura.

Quadro VIII – Desafios e Potencialidades na Dimensão Sociocultural / Educacional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none">- Insuficiência, precarização e falta de qualidade na prestação de serviços à população do território nas áreas social, de saúde e saneamento público.-Deficiência, insuficiência e rotatividade de profissionais e mercantilização dos serviços de saúde (consultores).- Os serviços de saúde limitam-se basicamente ao atendimento básico. Os pacientes que precisam de media e alta complexidade precisam ser transferidos para Salvador ou Feira de Santana (PTDS).-Ausência e/ou insuficiência de programas específicos para o enfrentamento de problemas graves nas áreas social e de saúde no território relacionados a gravidez na adolescência, tratamento de dependentes químicos e alcoólicos. (consultores).- inexistência, insuficiência e precariedade de equipamentos públicos para atendimento educacional, tais como bibliotecas, salas de multimídias, laboratórios de ciência e informática, espaços culturais, refeitórios,	<ul style="list-style-type: none">- Existência de políticas públicas importantes como o SUS, Brasil Sorridente, Programa Saúde da Família, UPA e Programa de Cisternas.-Existência e avanços nas políticas públicas educacionais como PNDE, FNDE, Caminho da Escola, Brasil Alfabetizado, Regulamentação do Piso Nacional dos Professores de ensino médio.- Melhoria dos indicadores do IDEB nos municípios do território.-A diversidade cultural do território.- A criação de fóruns de debate sobre educação, cultura e turismo e a consolidação da Câmara Temático da Cultura no Colegiado Territorial.-A existência de câmaras temáticas, discutindo o fortalecimento e organização de cada segmento da sociedade (consultores).

<p>escolas do campo e transporte escolar (consultores).</p> <p>- predominância de relações de “politicagem” no sistema educacional, falta de dotação orçamentária nas Secretarias Municipais de Cultura e desvalorização da cultura local.</p>	
--	--

1.4.4. Dimensão Político-Institucional

Esta dimensão está relacionada aos seguintes temas: institucionalidades públicas, governo local, conselhos municipais, conselhos territoriais e regionais, legislações e marcos regulatórios específicos, organização social, sindical e política, participação social, representação política nos espaços estaduais e federais.

Quadro IX – Desafios e Potencialidades na Dimensão Político-Institucional

DESAFIOS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipais, na gestão das políticas públicas. - Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial. - insuficiente empoderamento da sociedade civil para participar da gestão social dos projetos e ações no território. -Fortalecer s conselhos municipais para ter mais eficiência no controle das políticas públicas. - Falta de equipes técnicas locais na elaboração de projetos de amplitude territorial. - Insuficiente capacidade institucional instalada no território para a gestão de políticas públicas. - Dificuldade entre as prefeituras do território em criar os consórcios públicos para facilitar a gestão das ações de interesse comum entre os municípios. 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento e fortalecimento das instâncias do Colegiado Territorial, incluindo a estruturação das câmara temáticas. -Existência de conselhos municipais no controle das políticas pública.

CAPÍTULO 2 - MATRIZ DE OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E METAS

Este capítulo foi elaborado, partindo de uma seleção de eixos de desenvolvimento norteadores do processo de planejamento levando em consideração os eixos e objetivos já debatidos e aprovados no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS, sendo esta pré-seleção apresentada na primeira oficina e ajustada conforme a realidade do território.

Aqui se encontra a base norteadora da execução do PTDSS, mediante a realização de Planos de Ações Territoriais – PATs, que é a Matriz de objetivos, estratégias e metas organizada em cinco grandes eixos que darão origem aos respectivos PATs: Eixo 1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, Eixo 2 Governança Fundiária e Acesso à Terra, Eixo 3 Formação e Organização Social, Eixo 4 Infraestrutura e Serviços Públicos e Eixo 5 Gestão de Recursos Hídricos.

O Eixo **Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva** (quadro 5), trata das atividades produtivas geradoras de renda, ao mesmo tempo em que trata das questões ambientais buscando o equilíbrio ambiental com o equilíbrio econômico buscando também interagir com as relações sociais e institucionais. Neste eixo estão apresentados os objetivos voltados ao desenvolvimento sustentável com as estratégias e metas para atingir tais objetivos definidos pela sociedade do território.

O Eixo **Estrutura Fundiária e Acesso a Terra** (quadro 6), trata da promoção da reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, traz os objetivos as estratégias e as metas para atingir tais objetivos, voltados para a equidade de distribuição e acesso à terra e usos dos recursos naturais pela sociedade do território.

O Eixo **Formação Cidadã e Organização Social** (quadro 7), trata das proposições voltadas ao desenvolvimento, através da gestão e da participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas relacionando os objetivos, estratégias e metas para atingi-los, no que tange à organização social, e exercício da cidadania.

O Eixo **Infraestrutura e Serviços Públicos** (quadro 8) traz proposições voltadas às necessidades territoriais em infraestrutura e serviços públicos que atendam a demanda de todos os segmentos sociais do território, destacando as estratégias e as metas para cada objetivo proposto.

Por fim, o Eixo Gestão de Recursos Hídricos(quadro 9) , trata das questões relacionadas à água no território. Traz propostas voltadas ao desenvolvimento apresentando os objetivos, as estratégias e as metas para atingir tais objetivos relacionados ao uso da água.

Oliveira (2016), destaca que o **Objetivo** expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território. Caracteriza-se por ser mensurável e deve ser entendido como o grande propósito a ser alcançado pelos atores territoriais; As **estratégias** expressam os caminhos mais gerais do “como fazer” para se chegar aos objetivos, sendo indicado para cada estratégia, uma ou mais metas; E a **Meta** é uma medida do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso.

2.1. Quadro X - Eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioproductiva

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS ⁷
1. Intensificar a educação ambiental na oferta do serviço de assistência técnica e extensão rural – ATER e investir nos sistemas de geração de renda e bem estar social (2ª Conferência de ATER/ consultores).	• Implantar o PROAGRI – PARAGUAÇÚ – Projeto de Reorganização e Diversificação da Produção Agrícola Regional (velho projeto da SEAGRI, já feito estudo de viabilidade e paralisado) (PTDS).	<p>- Capacitar 1500 agricultores para o manejo correto da cultura do abacaxi. E 20 Técnicos no manejo inicial/avançado na Cultura do abacaxi.</p> <p>- Capacitar 1500 agricultores para o manejo sustentável de caprinos e ovinos.</p> <p>- Promover uma excursão para 150 agricultores capacitados em abacaxi orgânico para visitar experiência na região de Itaberaba e Lençóis;</p> <p>- Realizar um dia de campo para 300 agricultores sobre a cultura da mamona.</p> <p>- Realizar 08 dias de campo anuais nos municípios produtores de abacaxi (PTDS, Consultores).</p>
	• Implantar pequenas agroindústrias, considerando as especificidades locais (PPA).	- Implantação de 1 agroindústria por cada sistema produtivo identificado nos municípios (consultores).
	• Gerenciamento de resíduos sólidos (PTDS).	- Implantação de 4 aterros sanitários em consórcio entre as prefeituras do território, até o 4º ano (PTDS).
	• Elaborar através de deputados comprometidos com a agricultura familiar, projeto de lei que determine uma porcentagem do orçamento da União para Estados e Municípios para	Destinar 10% do orçamento da União para Estados e Municípios para aplicar na Agricultura Familiar (ATER, equipamentos, mão-de-obra, insumos, entre outros) (2ª Conferência de ATER).

⁷ As metas são definidas para serem alcançadas em 08 anos. Por essa razão elas podem ser superiores ao que está previsto no atual PPA que é para 04 anos.

	aplicar na Agricultura Familiar (consultores).	
	<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar a execução do CEFIR nas pequenas propriedades (2ª Conferência de ATER) 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de curso de Capacitação sobre CEFIR para técnicos das Secretarias de Agricultura dos 13 municípios do Território, através dos Técnicos de ATER; - Aquisição de 2 aparelhos de georreferenciamento para cada uma das secretarias citadas; . Contratação de 4 profissionais habilitados, formando-se duas equipes para realizar trabalhos de cadastramento para todas as pequenas propriedades rurais. Tudo sobre o comando da prefeitura e monitorado pelo CODETER durante o ano de 2017(consultores).
	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar de forma continuada os técnicos de ATER focada na demanda do território (2ª Conferência de ATER). 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cursos diversos de atualização dos profissionais, conforme perfil do território contratando universidades e órgãos de pesquisas como a EMBRAPA, durante cada ano, e realizando um seminário anual organizado pelo CODETER para alinhamento das ações (consultores).
	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar o funcionamento dos sistemas de produção já existentes (cisternas de produção, barreiros, barragens) com foco no PAA e PNAE (2ª Conferência de ATER) 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar assessoria técnica e fornecimento de sementes e adubos através dos SEMAFs desde o primeiro ano (consultores). - Ofertar assessoria técnica para o funcionamento de todos sistemas de produção existentes e fornecimento de sementes e adubos, através do SEMAFs, para Agricultor Familiar em cada safra desde o primeiro ano.
	<ul style="list-style-type: none"> • Definir que a emissão de laudos de vistorias para fins do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, sejam realizados pelos técnicos dos SETAFs. (2ª Conferência de ATER). 	<ul style="list-style-type: none"> - Autorizar no 1º ano, e concluir todas as emissões de laudos necessários, até o segundo ano.
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar celebração de convênios entre associações, cooperativas com os municípios para aquisição dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar contato através do conselho territorial com as prefeituras e lideranças de associações e cooperativas para fazer levantamento da produção existente no território e intermediar tais negociações desde o

	da agricultura familiar com o objetivo de fornecer alimentos para merenda escolar (2ª Conferência de ATER).	primeiro ano de aprovação deste plano.
3. Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar. (PPA).	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da cadeia produtiva da mandioca (PTDS) 	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de 60 casas para beneficiamento da produção (Casas de Farinha mecanizadas) nas comunidades onde tradicionalmente se cultivava mandioca, sendo 30 no 2º ano e 30 no 3º ano; - Instalação de 36 campos experimentais em parceria com EMBRAPA e BAHIATER para melhoria da produtividade (01 em cada município no 2º ano e mais dois em cada município no 3º ano); - Venda da produção pela CONAB e EBAL no 3º ano; - Realizar uma Feira da Mandioca, por ano, em local previamente definido; - Capacitar 700 agricultores por ano (50 por município) no 1º ano, para produção de novos produtos; - Implantar 13 Fábricas para derivados da mandioca, sendo uma em cada município, tendo cada uma sua implantação a partir do momento em que as casas de farinha comunitárias apresentarem produção organizada e estas serão geridas por uma comissão formada entre as comunidades (PTDS/ consultores). - Fazer levantamento das unidades de beneficiamento de mandioca implantadas no Território e a produção local, caso essas tenham viabilidade, reestruturar/revitalizar, e oferecer ao produtor a linha de crédito do PRONAF buscando aumentar a produção. - Ofertar assistência técnica à 100% das famílias produtoras de mandioca, da produção à comercialização.

	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Fruticultura no Território (PTDS) 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de duas agroindústrias, em locais a serem definidos mediante critérios técnicos, sendo uma no 1º ano para beneficiamento de abacaxi no município de Itaberaba, e a outra no 3º ano em local a ser definido posteriormente; - Implantação de uma biofábrica para a produção de mudas adaptadas às condições edafoclimáticas, no primeiro ano; - Atender 2.500 produtores familiares (de frutas) com assistência técnica desde o primeiro ano (PTDS).
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Apicultura e Meliponicultura na região (PTDS) 	<ul style="list-style-type: none"> - Atender 240 produtores com distribuição de kit de produção; - Construir 06 casas de mel 01 em cada município de, Itaberaba, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo e Santa Terezinha, após a implantação dos kits de produção; - Realizar 12 cursos para iniciantes e 12 cursos de manejo avançado ao longo dos anos em atividades, iniciando no 1º ano; - Viabilizar as linhas de créditos disponíveis, para os apicultores que estão iniciando a atividade apícola, e para os que já estão desenvolvendo a apicultura nos municípios do território; - Realizar 04 dias de campo e uma Feira de Mel anual (PTDS).
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura Leiteira (PTDS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar os produtores para o manejo adequado e escolher 50 famílias /ano/município, selecionadas por critérios técnicos, para o Estado fazer a cessão dos animais, mediante compromisso de partilha dos resultados; - Fazer melhoramento genético no rebanho que possa resultar em maior produtividade;

		- Instalar, por ano, no mínimo 4resfriadores, até concluir o total dos Municípios;
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Caprinovinocultra (PTDS) 	<p>-Aumento dos rebanhos em 70%, iniciando no 1 ano;</p> <p>- Aumentar a produção e a produtividade de carne ovina-caprina no território em 20% a cada ano;</p> <p>Melhoramento genético de 20% dos rebanhos a cada ano;</p> <p>- Criação do Fundo Rotativo da Caprinovinocultura: selecionar 100 agricultores familiares por município e distribuir 05 matrizes de raça melhorada e um reprodutor para cada família, que terão o compromisso de devolver a mesma quantidade de animais acrescida de 20%;</p> <p>-Oferecer assistência técnica plena e de qualidade para 100% dos criadores, com formação continuada para o desenvolvimento da produção, gestão e comercialização (PTDS/ consultores).</p> <p>.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da cadeia produtiva da Piscicultura (PTDS) 	<p>-Fazer levantamento dos projetos já existentes em andamento, ofertar apoio técnico e instalar novos projetos nos municípios do território buscando atender 200 famílias por ano;</p> <p>-No 1º ano: implantação dos espaços de criação, distribuição de alevinos e fornecimento de assistência técnica;</p> <p>-No 2º e 3º anos: implantação de Postos de beneficiamento em todos os municípios produtores;</p> <p>-Potencializar a comercialização da produção em sistema integrado através de cooperativas para atender a produção de todo o território;</p> <p>-Identificar todas as famílias de agricultores e pescadores existentes no</p>

		<p>território, oferecer capacitação através de convênios com a Bahia Pesca em parceria com as SEAGRIs municipais, incentivar e apoiar na produção e comercialização de 100% das famílias envolvidas na pesca.</p> <p>- Priorizar projetos de produção comunitária nos editais lançados pelo Estado(PTDS);</p> <p>-Viabilizar aporte financeiro através do Estado para todos os piscicultores a serem identificados, criando condições para custeio em tanques redes e escavados.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da cadeia produtiva das culturas do feijão e milho (PTDS) 	<p>- Distribuir sementes apropriadas às condições edafoclimáticas do Território para 100% dos agricultores familiares iniciando no primeiro ano;</p> <p>- Oferecer assistência técnica para todos os produtores;</p> <p>- Implementar processo mecanizados de colheita e beneficiamento em todos municípios produtores;</p> <p>- Implantar um projeto de produção de sementes no território;</p> <p>- Formar um Banco de Sementes por Município (PTDS).</p>
	<ul style="list-style-type: none"> •Fortalecimento das cadeias produtivas das culturas de melancia e abóbora (PTDS). 	<p>- Distribuição de sementes melhoradas de melancia e abóbora para 600 agricultores, 1º ano: distribuição de sementes e elaboração do projeto técnico para irrigação simplificada;</p> <p>- No segundo ano implantar 70 sistemas simples de irrigação para a produção (10 por município);</p> <p>- Realizar um dia de campo para 300 produtores sobre a cultura da melancia e da abóbora.</p>

		- Assegurar assistência técnica a 100% dos agricultores que cultivam melancia e abóbora (PTDS).
	• Implantar programas que possibilitem construir celeiros comunitários para armazenamento de alimentação animal (feno e outros) (2ª Conferência de ATER)	- Estimular as SEAGRIs municipais a buscar parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Rural para através da SUAF e CAR, realizar a construções de 01 celeiro comunitário em cada município durante os quatros primeiros anos.
	• Fomentar e implantar o sistema de palma adensada em todo território.	- Inserir em cada projeto agropecuário desenvolvido na região a inversão palma adensada; - Fazer campos demonstrativos em todos os 13 municípios através de projetos com a CAR
4. Promover etnodesenvolvimento ⁸ e a autonomia das mulheres e da juventude rural através da organização produtiva econômica. (PNDRS).	• Garantir paridade de gênero nas políticas de assistência técnica, projetos produtivos e financiamentos rurais (2ª Conferência de ATER)	- Inserir critério de equidade de gênero na contratação de técnicos /as das Chamadas Públicas de ATER.
	• Garantir assistência técnica específica e diferenciada para as mulheres (2ª Conferência de ATER).	- Ao contratar técnicas femininas em atendimento à meta anterior, o contratante deve promover treinamento a todas elas para que discutam com as mulheres a assistência técnicas que elas querem voltada às suas especificidades de atividades produtivas e inclusivas.
	• Difundir os direitos da juventude na agricultura familiar (dap, projetos produtivos e financiamentos rurais) (2ª Conferência de ATER).	- Promover através do governo do Estado, no SETAF e nos SEMAFs, a cada semestre, 01 oficina de esclarecimentos destinados aos jovens da agricultora familiar sobre as propostas a seu favor e como acessá-las.
	• Implantar políticas de permanência para os jovens no meio rural através de novas tecnologias (2ª Conferência de ATER)	- Elaborar projetos voltados à atividades produtivas e culturais direcionadas à geração de trabalho e renda aos jovens. - Implantar espaços de formação no meio rural para o jovem.

⁸Etnodesenvolvimento tem como pressuposto a autonomia dos povos e comunidades tradicionais se manifestarem em relação ao seu desenvolvimento.

	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir alternativas na assistência técnica diferenciada para sucessão da juventude no campo (2ª Conferência de ATER). 	- Inserir nas Chamadas Públicas de ATER cota de vagas reservadas a jovens técnicos. para desenvolver ações que estimulem a estruturação de atividades geradoras de renda que sejam atrativas para o jovem, estimulando sua permanência no campo.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desburocratizar os programas de incentivo e benefício à mulher da agricultura familiar (Pronaf, Desenbahia) (2ª Conferência de ATER). 	-Aumento a cada ano em no mínimo 30% de acesso das mulheres a programas com linhas específicas de financiamento destinadas às mulheres da agricultura familiar (Pronaf, Desenbahia etc.).
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar atividades não agrícolas focada para as mulheres (2ª Conferência de ATER). 	- Realizar cursos de artesanato, culinária, turismo e elaborar projetos de apoio a estas atividades tendo as mulheres do território como as principais beneficiárias.
	<ul style="list-style-type: none"> • 	
5. Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (Câmara de agricultura).	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar o Funcionamento da BAHATER para a tender a demanda; 	- Estruturar a BAHATER (física/operacional) no ano de 2017;
6. Criar, reestruturar e fortalecer os COMSEAs nos municípios do território, garantir dotação orçamentária no PPA e LOA, criar mecanismos de interação efetiva, buscando consolidar a Segurança Alimentar no	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir no currículo Escolar de forma transversal o tema Segurança Alimentar e Nutricional (Conf. T. SAN). 	-Envolver todas as Secretarias de Ação Social, Educação, Saúde, Meio Ambiente e Agricultura de todos os municípios do território na construção de uma legislação que contemple a inserção desse tema na grade escolar.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação da política e Programa de SAN e SISAN em todos os Municípios do Território 	Até 2019 envolver todos os Municípios através da intersetorialidade Territorial de SAN (Conf. T. SAN). Implantar o sistema de SAN e SISAN nos Municípios de 2017 até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e ampliar uma legislação sanitária específica para agricultura familiar (Conf. T. SAN) 	- Dialogar com deputados simpatizantes de o tema segurança alimentar e agricultura familiar, para criar essa legislação no ano de 2017.
	<ul style="list-style-type: none"> • Durante todo período de execução do plano, fortalecer mecanismos de 	Estimular o órgão competente a aumentar valor per capta da alimentação escolar /aluno, compra exclusiva por meio de chamada pública, e criando as CEASAS territoriais e reforma das feiras livres e mercados (Conf. T.

Território (Conf. T. SAN, Consultoria).	garantia do cumprimento da Lei do PNAE e outros campos institucionais, além das feiras livres e mercados, com base agroecológica.	SAN).
	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer o ATER agroecológica através de formação continuada (Conf. T. SAN). 	- Promover 01 curso por trimestre voltado a atividades agroecológicas para atualização dos profissionais durante todos os anos de execução desse plano, e um seminário anual para alinhamento das ações(Conf. T. SAN/ consultores).
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um fundo estadual e municipal da economia solidaria (Conf. T. SAN/ consultores). 	Ampliar e Fortalecer os recursos para estimular e fomentar as iniciativas e o Emponderamento do associativismo, cooperativismo da economia solidaria de base agroecológica garantindo a comercialização dos produtos e serviços, realizando Feiras da Economia Solidaria nos Municípios, com a parceria dos comerciantes, Prefeituras, envolvendo todas as Organizações Sociais, uma vez por ano e cada ano em outro município, marcar calendário como atividade do Território (Conf. T. SAN).
	<ul style="list-style-type: none"> Proibir a venda e a utilização do agrotóxico, não permitidos nos outros Países, no Estado da Bahia. (Conf. T. SAN). 	<ul style="list-style-type: none"> -Realizar 01 seminário em cada município do território com a temática dos agrotóxicos e debater nas escolas alertando para os riscos causados por estes produtos; - Debater com deputados estaduais sensíveis aos problemas do uso dos agrotóxicos para criar legislação proibitiva do usos desses produtos a serem excluídos imediatamente do mercado, sob fiscalização da ADAB em parceria com o CREA-BA.
	<ul style="list-style-type: none"> Inserir na merenda escolar a obrigatoriedade de alimentos regionais e da base orgânica e ou agroecológica, produzido por comunidades tradicionais, povos quilombolas e agricultores (Conf. T. SAN). 	- Criar legislação específica municipal através das câmaras de vereadores de forma a atender esta estratégia.

2.2. Quadro XI. Eixo Estrutura Fundiária e Acesso a Terra

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;	<ul style="list-style-type: none"> • Agilizar a regularização fundiária(2ª Conferência de ATER) 	<ul style="list-style-type: none"> - Regularizar todas as pequenas propriedades com documentos que facilite a obtenção do crédito através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA; - Desapropriar através do INCRA, todas grandes propriedades existentes no território que não esteja cumprindo a função social.
	<ul style="list-style-type: none"> • Demarcar áreas de terras de povos e comunidades tradicionais; (2ª Conf. de ATER e 3ª. CTPM). 	<ul style="list-style-type: none"> - Demarcar através do CDA durante os oito anos de execução deste plano, 100 % das áreas ocupadas com povos de perfil de comunidades tradicionais. - Desapropriar através do INCRA grandes áreas improdutivas, em regiões onde apresente povos com tais características, para demarcar área a serem ocupadas por no mínimo 50 % de mulheres e jovens.

2.3. Quadro XII. Eixo Formação Cidadã e Organização Social

	ESTRATÉGIAS	METAS
1) Promover a gestão e a participação social na implantação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. (PNDRS).	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver os conselhos municipais em todas as etapas: implantação, gestão, monitoramento e avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar trimestralmente oficinas de formação despertando o interesse de pessoas a participarem das ações.
	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – PMDS. 	<ul style="list-style-type: none"> -Realização de diagnóstico e/ou levantamento de demandas dos municípios do território (até 2018);

		-Caracterizar e Efetivar a Criação dos Planos Municipais de Desenvolvimento em todos municípios do território; - Contratar assessores técnicos para condução e elaboração do Plano?
2) Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário. (sugestão da consultoria)	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a participação do colegiado territorial e conselhos municipais de desenvolvimento sustentável no planejamento, execução e fiscalização das atividades de ater (2ª Conferência de ATER) 	- Colegiado Territorial participar das decisões voltadas para ATER.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar processo de formação de capacidades e competências em desenvolvimento territorial sustentável e gestão participativa de políticas públicas (consultor). 	-Promover 01 curso por semestre em cada uma das áreas seguintes: Sociologia, desenvolvimento sustentável, economia solidária, cooperativismo e associativismo, dentre outros, todos os anos.
3) Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio do acesso à formação, à organização social e à cidadania. (PNDRS).	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos jovens em cooperativismo e associativismo de trabalho, possibilitando o exercício de cargos diretivos (2ª Conferência de ATER). 	- Realizar cursos de associativismo e cooperativismo de trabalho para jovens capacitando no mínimo 50 jovens por ano.
	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de jovens rurais para atuar como multiplicadores e profissional de ATER (2ª Conferência de ATER). 	- Realizar 02 treinamentos semestrais continuado, com cursos para iniciantes e cursos avançados. -Disponibilizar aos jovens no mínimo 25% das vagas nos cursos de capacitação continuada (2ª Conferência de ATER).
	-Ampliar a participação das Mulheres da cidade e do campo no colegiado territorial para a construção da política 3ª CTPM e 2ª Conf. de ATER);	Realizar 01 fóruns de debates territorial em cada município do território, envolvendo organizações de mulheres, de 2017 a 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de estruturas físicas e materiais das EFAS, objetivando o estágio nos cursos 	Negociar com as prefeituras e governo do estado a estruturas e matérias para ampliação e bom

	<p>profissionalizantes e criar equipes gestoras do departamento das Mulheres nas Associações. (2ª CONF. DE ATER e 3ª. CTPM).</p>	<p>funcionamento Público, repasse das multas 2% dos da devolução dos duodécimos do Poder Legislativo, 3% dos recursos advindos de valor não resgatados dos jogos da rede Lotérica, 2% dos valores obtidos nos ajustes de condutas (Min.Público), multas de radares, de corrupção eleitoral, para as EFAS.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de mulheres para atuar como multiplicadora de conhecimentos técnicos e científicos e organizacionais (2ª Conferência de ATER). 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar 02 treinamentos semestrais continuado, com cursos para iniciantes e cursos avançados. <p>Criar o Calendário ordinário ano a ano e divulgar as datas de formações dos Municípios do Território através de parcerias com as/os representantes do Colegiado e Secretarias Municipais</p>
<p>4) Fortalecer as Políticas públicas de enfrentamento as desigualdades, o enfrentamento a violência Domestica e afirmativas voltadas para a qualidade de vida, através da participação social e de Mov. de Mulheres, feministas, negras e de gênero integração de ações institucionais e interfederativa (3ª Conferência Territorial de Políticas para</p>	<p>Implantar os organismos e Departamentos de atenção e fortalecimento de políticas públicas da mulher com estruturação, capacitação das Conselheiras e Técnicas, com funcionamento intersectorial em todos os municípios e realização das Conferências Municipais e Territoriais. (3ª CTPM).</p>	<p>-No período dos 4 primeiros anos de execução desse plano, implantar os Conselhos de acompanhamento da mulher onde não existe e estruturar onde já existe. Fazer levantamento da existência e estruturar, as Casas de Acolhimento as Mulheres, as DEAM-Delegacias Especializadas em Atendimento a Mulher e Centros especializados de saúde da Mulher; - Instalação da Ronda Feminina da Policia Militar em todos os municípios do território para combater a violência contra a Mulher.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover momentos de formação para a criação das Leis para os Conselhos Municipais e de outros organismos da Mulher (3ª CTPM) • Aplicar a Lei Ante Baixaria nas festas (3ª Conf. T PM) 	<p>Criação das Leis em cada Município que atenda a política da Mulher, definindo equipes técnicas, recursos humanos e garantia de dotação orçamentária próprio, de no mínimo, 1% nas três esferas de Governos assegurados na LDO, LOA e PPA, garantindo a estruturação de órgãos gestores, programas e serviços, na sua implantação e</p>

Mulheres- CTPM)		<p>implementação (3ª CTPM.)</p> <p>- Aplicação da Lei 12.573 de 11 de abril de 2012, aprovada na Bahia para coibir todos os meios de comunicação, mídia e publicidade, na disseminação de estereótipos e a representação negativa da mulher, assim como contribuir para a cultura do respeito ao feminino; (3ª CTPM)</p> <p>- Dentro dos encontros do Colegiado reservar no calendário anual momentos para maiores esclarecimentos sobre essas Leis.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir acessibilidade e material inclusivo a todas as mulheres com deficiência e mobilidade reduzida a toda rede de atendimento à mulher em situação de violência e na assistência à saúde integral da mulher (3ª CTPM). 	Atender em 100% a efetivação da igualdade de direitos e da equidade de gênero no período de oito anos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir internamento para as usuárias de drogas lícita e não lícitas (3ª CTPM). 	- implantar 01 centro de recuperação de usuárias de droga no território.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o envolvimento de mais Mulheres com capacidades de participação e contribuição na Câmara Temática da Mulher para promover o desenvolvimento sustentável, solidário e humano no território (CTPM). 	- Qualificar 01 equipe profissional em cada município do território de escutas a Mulher vítima da Violência Doméstica e Familiar que atuem na cidade, nos Povoados e toda Zona Rural, a partir de 2017 a 2020.
5) Atentar para os Povos e Comunidades Tradicionais e Reparação da igualdade racial e igualdade de gênero (PTDS e PPA)	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Diretoria Territorial de Reparação e Igualdade Racial (PTDS). 	- Iniciar a implantação imediatamente no primeiro ano, formar equipe que possa contribuir para a igualdade étnica e racial (PTDS).
	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer e regularizar as comunidades tradicionais do Território (PTDS) 	- Realizar pesquisas de levantamento de áreas quilombolas, para o reconhecimento e regularização das

		<p>comunidades tradicionais do Território até 2019 (CMI);</p> <p>- Criar na secretarias municipais de assistência social, uma assessoria de atendimento direto a comunidades remanescentes de quilombos e povos ciganos e as comunidades tradicionais;</p> <p>-Resgatar os valores culturais e históricos das comunidades tradicionais, através de apoio do estado com editais para patrocinar pesquisas, realizar eventos, palestras etc, voltadas a esse público;</p> <p>-Estimular o desenvolvimento da consciência crítica e elevar a auto-estima desses povos(PTDS).</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a adequação dos componentes curriculares das áreas dos conhecimentos (História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa) (Lei 10.639/03) contemplando a realidade histórica e cultural Afra brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior; com articulação intersetorial na gestão (CMI). 	<p>-Debater e as coordenações pedagógicas dos colégios e universidade para fazer tal adequação a partir do 2º ano de implantação desse plano.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a participação de povos de comunidades tradicionais, e negros, nas universidades. 	<p>-Lutar pela permanência do sistema de cotas, concessão de bolsas e auxílio de programas permanentes para estudantes negros e pobres nas Universidades, fazendo debates semestrais nas universidades existentes no território;</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar o Estatuto Territorial, os Conselhos Municipais e os Planos da Igualdade Racial a ser implantado em todos os Municípios (CMI). 	<p>- Fazer levantamento em todos os municípios qual tem conselho municipal de igualdade racial, e implantar onde não existe, e através deles criar o estatuto territorial.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar parcerias com Universidades e Colégios, que assegurem a realização de estudos, pesquisas e debates que subsidie o aprimoramento e continuidade das políticas públicas de promoção da igualdade racial nos municípios (CMI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Sugerir ao estado através da SECULT E SEC, a criação de editais com projetos de apoio as ações propostas. - Combater em todo momento o Racismo nas escolas e Universidade e em todos os espaços da sociedade, denunciando, esclarecendo. (CMI).
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar ouvidoria nas Instituições de ensino e em outros espaços que garanta o direito a varias expressões da diversidade. (CMI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Resgatar os valores culturais e históricos das comunidades tradicionais e afro-brasileira, realizando encontros de conscientização da consciência crítica que valorize a identidade, a cultura, realidade e especificidades de cada povo no decorrer de todos os anos;
	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da cobertura da rede de saúde da família com adequação as comunidades quilombolas e tradicionais para a promoção e prevenção da saúde, em especial a Mulher negra e seus dissidentes (CMI); 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o programa das doenças falciforme e outras hemoglobinopatias até 2019(CMI) - Garantir 30 % de ampliação da cobertura por ano (CMI). - Combater as endemias até 2020 (CMI).
	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e tombamento dos Terreiros de Candomblé e Umbanda do Território. (CMI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar articulação em rede com os Terreiros dos Municípios do Território e através de uma comissão criada entre eles buscar dialogar com o estado para até 2020 ter garantido o reconhecimento e tombamento de todos os terreiros existentes no território .
	Combate ao crime de extermínio à população em geral, em especial à população negra e à juventude negra, a partir de investimentos em grupos de policiais especializados. (CMI).	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar Seminário com o tema extermínio, com as autoridades constituídas e com a sociedade, 2017 a 2020. (CMI).

		<p>- Reduzir progressivamente os extermínios buscando atingir o índice de 0% até o oitavo ano de execução desse plano. (Consultoria).</p> <p>- Disponibilizar por parte do estado, de investimentos financeiros para formação de policiais especializados em quantidade capaz de atender os 13 municípios do território.</p>
	-Proibir a exposição comercial, vinculação, titulação ou procedimento prejudicial à religião afro-brasileira e indígena. (CMI).	<p>-Implantar em todas as secretarias de culturas municipais, sistema de fiscalização e formação para estimular a população a preservar e respeitar os objetos de uso estritamente a estas religiões: símbolos, expressões, músicas, danças, instrumentos, adereços, vestuário e culinária. (CMI).</p> <p>-Determinar que as secretarias municipais de cultura, busque a partir de 2017 documentar, preservar e proteger o acervo afro-brasileiro, de Mov. Negros e Indígenas . (CMI).</p> <p>Realizar seminário com o tema Religião afro-brasileira e indígena, trazendo pessoas conhecedoras da temática durante do período de execução desse plano (CMI).</p>
	-Celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, o 20 de Novembro. (CMI).	- Calendarizar o 20 de Novembro dia Nacional da Consciência Negra, a ser realizada nos Municípios, até 2020.
	6) Promover o acesso das políticas públicas de cidadania, inclusão e enfrentamento da	<p>• Criar normativas no âmbito do pacto federativo para implantação de Secretarias / Superintendências / Coordenações de Direitos Humanos com foco na População LGBT,</p> <p>Promover dialogo a partir de 2017, entre CODETER e secretarias do governo do estado que trata das questões de direitos humanos, procurando atender a implantação da proposta nos municípios.</p>

violência contra a população LGBT (Conf. T. LGBT).	Mulheres, Negros, populações prioritárias e outras populações específicas de acordo ao perfil populacional local (Conferencia LGBT).	
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a intersetorialidade no planejamento e execução das principais políticas públicas, Assistência Social, Educação, Saúde e Segurança, garantindo a participação social de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e/ou do Movimento Social LGBT; 	Até 2020 ter garantido esses direitos para toda comunidade LGBT do território.
	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de conselhos municipais de Direitos Humanos e Conselhos de Defesa de Direitos e Promoção da Cidadania de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; 	Até 2020 ter criado esses conselhos em todos os municípios do território.
	<ul style="list-style-type: none"> Implantar Coordenação Municipal de Direitos Humanos vinculado ao Órgão Gestor de Assistência Social com foco no enfrentamento da violência contra Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ao racismo e à violência de gênero, e na promoção da igualdade racial, dos direitos de LGBT, e das mulheres; 	Até 2020 ter todos os municípios do território com essas coordenações criadas e atuando.
	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar de LGBT 	<p>-Definir que os colégios e secretarias municipais pertinentes,ofereça serviços de atendimento multiprofissional aos grupos de LGBT, a exemplo de psicologia, psicopedagoga, e outras terapias pertinentes a cada caso.</p> <p>-Promover através das secretarias ou coordenações de cultura municipais, oficinas de elaboração e gestão de</p>

		projeto culturais, captação de recursos e prestação de contas, para organização LGBT.
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar projetos e ações culturais e de promoção dos Direitos Humanos da LGBT. Conf. T. LGBT. 	- Desenvolver ações específica para a promoção da escolarização e profissionalização de travestir, mulheres transexuais e homens trans, proibindo a discriminação homo/lesbo/transfobia em todo território e proibindo toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra LGBTs.
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a inclusão e/ou a permanência das temáticas de sexualidades, diversidade, sexual, gênero, identidade de gênero, e orientação sexual nos planos municipais de Educação; 	-Incluir esta demanda a partir de 2018, Elaborar e divulgar um calendário ordinário a cada ano.
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o direito ao Casamento Civil de casais homo afetivo com alteração do Código Civil. Garantir o acesso de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e de casais homo afetivos à adoção de crianças e adolescentes. 	Pressionar o estado através da assembléia legislativa, para que até 2020 esteja criada leis que permita a garantia desses direitos a esse público.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar normativas no âmbito do pacto federativo para o reconhecimento das identidades de gênero e nomes sociais de travestir e transexuais em instituições e órgãos públicos, principalmente na Educação, saúde, Assistência Social e segurança pública; (Conf. T. LGBT). 	Dialogar com deputados e governo do estado para que o estado através da assembléia legislativa, e das secretarias estaduais possa até 2020 ter determinado leis e normas que promova tal reconhecimento.
7) Garantir os direitos	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir tratamento odontológico e a distribuição de próteses para a pessoa idosa na rede odontológica 	Através das secretárias de saúde municipais, atingir 100% dos municípios até 2018.

assegurados às pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, mediante Estatuto do Idoso, dentro das seguintes temáticas: a) Gestão (programas, projetos, ações e serviços); b) Financiamento; c) Participação; d) Direitos humanos. (IV Conferência Nacional do Idoso)	municipal. (IV Conferência Nacional do Idoso)	
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar, implantar e dar manutenção do Centro de Referência de Saúde da Pessoa Idosa no território, com financiamento dos três entes federativos, com a garantia de uma equipe multiprofissional (Geriatra, gerontólogo, fisioterapeuta, assistente social, odontólogo e outros) no serviço. Assim como, aumentar o escopo de medicamentos ofertados pelo SUS. (IV Conferência Nacional do Idoso). 	Através das secretárias de saúde municipais, atingir 100% dos municípios até 2018.
	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir a Política de Proteção à Pessoa Idosa em situação de violência e de riscos sociais (IV Conferência Nacional do Idoso). 	Através das secretarias municipais de assistência social, atingir 100% dos idosos até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar e/ou fortalecer os Conselhos de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas Idosas, em todos os municípios, com caráter deliberativo, paritário, com alternância de poder na presidência e com fundos próprios de forma obrigatória, disciplinado por lei das conferências. (IV Conferência Territorial do idoso). 	Através das secretarias municipais de assistência social, e organizações sociais voltadas para a pessoa idosa, buscar implantar esses conselhos em todos os municípios até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar, regulamentar e implantar na esfera do governo estadual e municipal o Fundo da Pessoa Idosa, com dotação orçamentária para o financiamento das ações de promoção e defesa dos direitos. (IV Conferência Estadual e Territorial do Idoso). 	Atingir 100% dos municípios até 2018.
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a formação continuada de conselheiros de direito, lideranças comunitárias e populares para 	Através das secretarias municipais de assistência social, atingir 100% dos idosos do território até 2020.

	o exercício da cidadania, potencializando o envelhecimento digno.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a elaboração do Plano de Promoção e Proteção da Pessoa Idosa, nas esferas Federal, Estaduais e Municipais, tendo como base as deliberações das Conferências realizadas. 	Atingir 100% dos municípios até 2018.
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população idosa, prioritariamente em políticas educacionais, moradia, emprego e renda, através de ações afirmativas. 	Exigir que o poder publico municipal atenda essa demanda em 100 % até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir mecanismo de discussão e vivências interativa, valorizando os saberes e a troca de conhecimento entre pessoas idosas e demais segmentos da população. 	Criar através da secretarias municipais de ação social e de cultura, espaços de convivências com os idosos em cada município do território, até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar e implementar as orientações a respeito da acessibilidade com autonomia e segurança nos princípios do desenho universal, em conformidade com a ABNT NBR 9050, e o Decreto Federal 5296, de 02 de dezembro de 2004, bem como, a mobilidade nas vias e equipamentos públicos e privados com o objetivo de atender as necessidades da pessoa idosa. 	Exigir da prefeitura municipal de cada município o cumprimento das normas de acessibilidade, e fazer parceria com o CREA-BA na fiscalização para total regularização em todos os municípios do território.
	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar ações articuladas entre os entes federais que permitam a criação e ampliação de delegacias e de instâncias especializadas de atenção ao idoso no Sistema de Justiça (Ministério Público, defensoria pública e judiciário). 	Até 2020 estar com todos os municípios tendo uma dessas instancias em funcionamento oferecendo apoio ao idoso.

2.4. Quadro XIII. Eixo Infraestrutura e Serviços Públicos

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	METAS
1. Promover o acesso da população a políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida, por meio da participação social, integração de ações institucionais e articulação interterritoriais. (PNDRS, Consultores).	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de transporte público para circular nos bairros da sede dos municípios da sede para os povoados (consultor). 	Através das prefeituras criar frota de transporte público coletivo que atenda a demanda das suas populações, tendo até 2020 todas as cidades do território e todos os povoados a disponibilidade desses serviços.
	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer calçamentos nos bairros que ainda não tem, dando preferência da formação do bairro, de forma que o bairro mais velho seja priorizado, e fazer ordenamento das ruas e vias públicas para oferecer mais bem-estar a população (consultor). 	Dialogar com os prefeitos do território para atenta pelo calçamento todos os bairro em todos os municípios do território, iniciando pelos bairros mais velhos, e atingir 100 % dos bairros até 2020.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de coleta seletiva de lixo nos centros urbanos do território (consultor). 	<p>-Através das prefeituras municipais, implantar o sistema de coleta seletiva de lixo;</p> <p>-As prefeituras deverão realizar palestras e campanhas educativas para a população se adequar e colaborar com o sistema de coleta.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar Centros de Atendimento municipais para Pessoas com Deficiências (PTDS) 	<p>- Implantar 01 centro em cada município do território, com gestão das prefeituras até 2020;</p> <p>- Oferecer através desses centros, até 2020, serviços de atendimento multiprofissional às pessoas com deficiência, a exemplo de fisioterapia, terapia ocupacional, ortopedia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, e outras terapias pertinentes a cada caso, nos espaços implantados.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar festivais territoriais anuais e itinerantes, priorizando os 	-Realizar festival de arte e cultura, anualmente.

	profissionais do território que já desenvolvem atividades de alcance territorial. (PTDS)	
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e potencializar a comunicação social do território. (PTDS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, no mínimo, três pessoas por município que trabalhem na área de comunicação até 2018; - Firmar parcerias com Institutos, Faculdades, Universidades Públicas e/ou privadas, TVs, Rádios, jornais entre outros, para formação e ou qualificação dos comunicadores até 2020;
	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização e adequação dos espaços culturais, pelos governos municipais, dinamizando-os, diariamente, garantindo a realização de atividades culturais, mensais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalizar e adequar 70% dos espaços culturais nos municípios pelos seus governos até 2019; - Dinamizar os espaços culturais com atividades artísticas diárias, garantindo, no mínimo uma atividade mensal; - Garantir a participação e envolvimento de 80% dos artistas e mestres da cultura popular e identitária nas atividades realizadas nos espaços;
	<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criação de Bibliotecas Comunitárias e fortalecer as Bibliotecas Municipais com atividades de incentivo a leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> - 50% do Território com Bibliotecas Comunitárias implantadas até 2019; - Firmar parceria com a Fundação Pedro Calmon para realização de formação de Agentes de Leitura e Bibliotecários e renovação dos acervos e mobiliários para todas as bibliotecas comunitárias e municipais atuantes; - Cada Biblioteca deverá realizar atividades de incentivo à leitura para todas as idades, no mínimo uma vez por mês;
	<ul style="list-style-type: none"> Dar visibilidade e auxiliar na mobilização dos programas e projetos da Secretaria de Cultura do Estado, tais como: Municípios Culturais, Escolas Culturais, Editais Setoriais entre outros; 	<ul style="list-style-type: none"> - 100% dos Municípios do Território com adesão ao Programa Municípios Culturais até março de 2017; - Implantação do Programa Escolas Culturais em duas escolas estaduais de dois municípios: Boa Vista do Tupim e Itaberaba até 2017; - Mobilizar 50% do público cultural para a apresentação de projetos culturais por meio dos Editais Setoriais e outros, anualmente; - Realizar 1 (uma) Oficina de Elaboração em Projetos Culturais em

		<p>cada município, anualmente;</p> <p>- O CODETER em parceria com as prefeituras, deverá viabilizar formas de apoiar, incentivar e acompanhar os projetos aprovados pelo Fundo de Cultura da Bahia em cada município contemplado;</p>
	Implantação e implementação dos Sistemas Municipais de Cultura / CPF da Cultura;	<p>- Implantar o Sistema de Cultura em 7 municípios até 2018;</p> <p>- Implementar 100% dos Sistemas de Cultura dos Municípios até 2019;</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar equipe técnica multidisciplinar para compor o SETAF, bem como a estrutura necessária para o bom funcionamento das ações (2ª CONFERÊNCIA DE ATER). 	-Firmar acordo com a SDR nas chamadas públicas de ATER que preencha a formação de equipes suficientes para atender também o funcionamento do SETAF durante o ano de 217.
	<ul style="list-style-type: none"> Priorizar a contratação de técnicos do território, observado a paridade de gênero, para compor as equipes de assistência técnica (2ª Conferência de ATER). 	- Formar equipe do CODETER junto com a BAHATER para fazer levantamento dos técnicos existente no território de áreas multidisciplinar para possíveis futuras contratações durante o ano de 2017.
	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar os SEMAFs com veículos, equipamentos e pessoal qualificado. (2ª Conferência de ATER). 	-Aquisição de 02 veículos para cada SEMAF do território, computadores, impressoras e telefone.
	<ul style="list-style-type: none"> Criar empresa pública estadual de assistência técnica, com plano de cargos e salários e composta por funcionários efetivos contratados através de concurso público (2ª Conferência de ATER). 	-Dialogar com o Governo do Estado para a criação de Empresa estadual de ATER até o final do ano de 2017 de forma a atender a demanda do território.
2. Consolidar uma educação contextualizada	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de cursos profissionalizantes nos CETEPs para inclusão das pessoas com deficiência 	- Atender por Centro a 02 turmas de 30 pessoas por ano.

inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar. (PPA).	no mercado de trabalho (PTDS).	
	<ul style="list-style-type: none"> • Construção e recuperação de quadras esportivas, campos de futebol e espaços esportivos municipais de acordo com a cultura de cada município através das prefeituras dos municípios (PTDS). 	- Construção/Recuperação de espaços de esporte em 03 Escolas, por Município, por ano: 42 no total, observando a cultura esportiva de cada município.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação através das prefeituras municipais, do projeto Baú da Leitura (PTDS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o Baú de Leitura em todas as escolas rurais dos Municípios num período de três anos. - Implantar 13 Bibliotecas municipais. - Até o 4º ano atingir 100% dos coordenadores pedagógicos capacitados e 100% das bibliotecas municipais funcionando adequadamente. - No 1º ano realizar seminários de sensibilização e planejamento;
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o Centro de Formação “Escola da Terra” para agricultores familiares, sob gestão compartilhada entre estado, municípios do território e ONGs de agricultores familiares(PTDS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do Centro de - Formação “Escola da Terra”, em 04 núcleos; Em 2017 iniciar o diálogo com os Secretários de Meio Ambiente dos 04 núcleos, para implantação do espaço físico. Fazer o levantamento dos custos e fontes de recursos. -Em 2018 iniciar a construção. - Em 2018: Iniciar o funcionamento do Centro.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o Projeto educação do campo nas escolas rurais(PTDS) 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover 02 seminários no primeiro ano em cada pólo sobre a educação contextualizada. - Implantar, a partir do 2º ano, a educação contextualizada no meio rural para atender jovens agricultores familiares.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o projeto Universidade do Semiárido (PTDS) 	<ul style="list-style-type: none"> - 1ª. fase: implantação de campus universitários enquanto extensão das universidades públicas; - 2ª. fase: criação da Universidade do Semiárido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar o projeto turismo 	- Inserção do Território no roteiro turístico da região Chapada

	ecológico em todo o território com articulação entre a Secretaria de Turismo do Governo do Estado/Prefeituras municipais e Organizações ecológicas existentes no território (PTDS).	Diamantina; - Implantação da infraestrutura básica necessária; - Formação de Guias Turísticos, inclusive em língua estrangeira e em meio ambiente;
3. Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária. (PPA).	• Implantar uma Unidade Hospitalar de Alta Complexidade no Território. (PTDS)	- Articular todas as prefeituras do território para formação de consórcio que junto com a SESAB garanta a construção o funcionamento da unidade. (consultores); -Elaborar projeto e iniciar a implantação no ano de 2017 e concluir a obra até 2019.
	• Revitalizar os hospitais regionais (Santa Casa) dos municípios de Itaberaba e Ruy Barbosa (PTDS)	-Executar restauração e/ou ampliação da estrutura física e instalações no 1º ano; - Adquirir equipamentos modernos para funcionar com serviços de media complexidade.
	• Implantar uma maternidade regional com dois leitos de UTI (PTDS)	- Garantir a partir do ano de 2018, atendimento completo à mulher durante o parto; - Reduzir em 100% os índices de mortalidade materno-infantil. (PTDS) no período de oito anos.
	• Construção através do governo do estado, um hospital da criança no território (PTDS)	-Implantar num período de 4 anos uma estrutura capaz de atender 100% das variadas demandas solicitadas no território (PTDS);
	• Construção de laboratório de análise clínica e citopatológica, através do governo do estado sob gestão compartilhada com o município (PTDS)	-Implantar uma clínica com capacidade para atender 100% das demandas de exames solicitadas no território (PTDS);
4. Reduzir a violência e a	• Construção do Centro de Reabilitação para Dependentes	-Possibilitar a reintegração e a convivência familiar de dependentes químicos com reinserção no meio social e no mercado de trabalho;

criminalidade na cidade e no campo. (PPA).	Químicos (PTDS).	<p>-Oferecer serviços para o atendimento concomitante de 100 pessoas;</p> <p>- No 1º ano: diagnóstico do problema, com o cadastramento das pessoas que utilizarão os serviços de reabilitação; e elaboração do projeto e levantamento de recursos;</p> <p>- No 2º ano: construção do Centro;</p> <p>- No 3º ano: início do <i>funcionamento</i>.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar através do governo do estado a Delegacia da Mulher e Casas de Apoio para amparar mulheres vítimas de violência, com serviços de apoio (PTDS). 	- Implantar 4 Delegacias e 4 Casas de Apoio até 2019
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar programa social com atividades educativas utilizando o esporte, as artes e o cinema para crianças de famílias em vulnerabilidade social (sugestão consultoria). 	- Fazer parcerias entre prefeituras e escolas de artes marciais, grupos de artes cênicas, artistas plásticos, grupos esportivos, para atender o público proposto a partir do 1º ano de implantação deste plano.
5. Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos. (PNDRS)	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de estruturas físicas e materiais das EFAs, objetivando o estágio nos cursos profissionalizantes (2ª Conferência de ATER). 	- Negociar com as prefeituras e governo do estado a estruturas e matérias para ampliação e bom funcionamento das EFAs.

2.5. Quadro XIV. Eixo Gestão de Recursos Hídricos

Objetivos	Estratégias	Metas ⁹
1) Garantir a democratizaçãodo acesso à água para uso humano e produtivo de forma racional. (PPA)	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer e ampliar a infraestrutura hídrica no território (PPA; PTDS; 2ª Conferência de ATER). 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar através do governo estadual, SDR/CAR, programas de infraestrutura hídrica para ampliar a capacidade de acumulação hídrica para múltiplos usos (cisternas, calçadão, barragens, barragens subterrâneas, barragens sucessivas, açudes, adutoras, poços artesianos e outras alternativas) para atender a demanda de água da população rural (PTDS; 2ª Conferência de ATER);
	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação da importância da recuperação das matas ciliares e nascentes da bacia hidrográficas do Rio Paraguaçu e afluentes que perpassam pelas propriedade (2ª Conferência de ATER). 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver produção de mudas nativas e plantar no mínimo 1000 árvores por município/ano através do SEMAF.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar política educacional de gestão dos recursos hídricos promover a gestão dos recursos hídricos atendendo aos interesses do território (PPA); 	<ul style="list-style-type: none"> -Capacitar 100 famílias por ano em gestão de recursos hídricos; -Implantar 130 unidades demonstrativas de gestão de recursos hídricos nas comunidades rurais do território; - Criar uma sala de situação territorial permanente para monitoramento dos recursos hídricos nos municípios dos territórios.

⁹ Observar que as metas são definidas para serem alcançadas em 08 anos. Por essa razão elas podem sersuperior ao que está previsto no atual PPA que é para 04 anos.

	Universalizar o acesso à água para consumo humano no meio rural, priorizando as comunidades mais vulneráveis (PPA)	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a disponibilidade de água para 100% das comunidades vulneráveis em situação de insegurança hídrica; - Implantar cisternas de captação da água das chuvas para consumo humano em 100% das residências rurais no território; - Implantar Banheiros Residenciais em 100% das residências rurais do Território.
	• Ampliar e finalizar os projetos em andamento do Programa Luz e Água Para Todos;	Atender 100 % das residências do território com energia elétrica e água disponível (consultores).
	• Recuperação e conservação dos mananciais hídricos (PTDS).	- Recuperar, em médio prazo, os recursos hídricos do Território (PTDS).
	• Revitalização da bacia hidrográfica do Paraguaçu;	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Paraguaçu; - Implantação de um preposto de pesquisa com ênfase em agroecologia, no território e fortalecer as parcerias com as instituições competentes ABC (agricultura de baixa emissão de carbono); (2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário). - Implantação/reestruturação de viveiros de mudas; - Criação de um banco de sementes crioulas e viveiros para produção de mudas e reflorestamento; (2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário).

		-Criação de Leis Municipais de preservação ambiental; - Fiscalização dos resíduos hídricos;
2) Promover etnodesenvolvimento e a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à água (PNDRS; Conf. T. SAN).	<ul style="list-style-type: none"> • Priorizar o acesso à água para consumo humano para as famílias chefiadas por mulheres e povos e comunidades tradicionais (consultor) 	- Assegurar água a 100% das famílias chefiadas por mulheres e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança hídrica.

CAPÍTULO 3 - GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO PTDSS

A estrutura de gestão, acompanhamento e monitoramento do PTDSS está planejada a partir dos seguintes instrumentos e estratégias:

O Colegiado Territorial – Seus componentes formam Câmaras setoriais e câmaras temáticas. Para cada eixo de desenvolvimento proposto no PTDSS terá o envolvimento de uma ou mais câmaras setoriais já existentes ou a serem criadas que tratarão dos temas envolvidos no eixo. Ex.: para o eixo Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, será monitorada e traçada a execução das ações pela câmara setorial de Agricultura, a câmara setorial de Meio Ambiente, a câmara setorial de comerciantes lojistas e as câmaras temáticas de apicultura, bovinocultura, caprinovinocultura, artesões etc. Para o eixo de desenvolvimento Formação Cidadã e Organização social será monitorado e traçado a execução de suas ações pela câmara setorial de educação do campo, Câmara setorial de povos e comunidades tradicionais, câmara temática de educação, câmara temática de formação à cidadania, etc.

O Núcleo Diretivo - Dentre os componentes das câmaras, forma-se um Núcleo diretivo. Este núcleo responde por todo funcionamento das ações voltadas para a execução, monitoramento e avaliação do Plano. Como seus membros e composto das câmaras temáticas de todos os eixos de desenvolvimento, as informações e deliberações entre os eixos se cruzam e complementam-se de forma a fazer as ações acontecerem em torno da execução do plano.

A Plenária – Formada por um grupo ampliado de acompanhamento e monitoramento do PTDSS, que é constituído dos membros de todas as câmaras setoriais e temáticas e a sociedade. É soberana para todas as tomadas de decisões voltadas para o território. Geralmente ela é convocada para as tomadas de decisões mais amplas que abrange a organização de todo o território, deixando as decisões mais localizadas para serem previamente deliberadas nas câmaras temáticas e setoriais. Essas decisões devem ser apresentadas na plenária, podendo estas ser alteradas ou não pela plenária.

A plenária ocorre a partir da publicidade à sociedade do território e é aberta à participação de qualquer pessoa. Os componentes das câmaras têm poder de voto para as

tomadas de decisões na plenária, já as pessoas da sociedade que comparecerem e participarem da plenária tem o direito de acompanhar, monitorar e se manifestar, mas não de votar.

Cada proposta descrita aqui neste plano, para ser colocada em execução passará pelas etapas de elaboração de projeto, execução acompanhada de monitoramento e avaliação. No projeto será descrito quem executa, onde ser executada, quando será executado, bem como será descrito quem deve monitorar, pois além da forma de monitorar descrita acima que deverá ser feita pelo CODETER e pela sociedade, que deverá cumprir essas ações em todos os projetos em execução, deverá ser também designado pelo responsável da execução, um ou mais, profissional habilitado para tal ação em andamento para estar constantemente verificando o andamento da ação. O monitoramento verificará se o que está sendo executado está de acordo com o que está proposto no projeto aprovado, e deve ocorrer simultaneamente e constantemente no período de implantação das ações propostas.

A avaliação será feita por equipe técnica articulada com o CODETER que buscará usar de ferramentas apropriadas para em períodos pré-definidos, que deve avaliar o desempenho da execução da proposta confrontando com os resultados obtidos. Ex. Num projeto de inclusão social onde foi aprovada a formação de uma equipe de musica para gerar ocupação e formação de jovens da periferia urbana. A avaliação verificará quantos jovens está cadastrados, a origem desses jovens, o aprendizado deles na música, o índice de envolvidos na exclusão e mundo das drogas e da violência antes do surgimento do projeto e depois que o projeto está em andamento etc e assim poder registrar se o projeto está surtindo efeitos e qual a influência desses efeitos no bem estar da sociedade. Diversas variáveis poderão ser utilizadas para se fazer avaliação e nortear os trabalhos de forma a explicitar a viabilidade do projeto em execução.

Detalhes maiores serão descritos com mais ênfase no projeto de execução de cada proposta, pois cada projeto tem suas peculiaridades que indicarão as formas mais adequadas de serem avaliados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1.BAHIA, 2016 -Perfil dos Territórios de Identidade / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. -- Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2). Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>; Acessado em 10/11/2016.
- 2.BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- 3.CODESPP PIEMONTE DO PARAGUAÇU. Relatórios de Oficinas e Atas de Reuniões.
- 4.CODESPP, Piemonte do Paraguaçu. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – 1ª versão, Bahia 2010.
- 5.CODESPP, Piemonte do Paraguaçu. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – 2ª versão, Bahia 2013.
- 6.COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL – CAR. **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS: Chapada Diamantina**. Salvador: CAR, 1997.
- 7.Comissão Pastoral da Terra. **Espinhoso caminho para a Liberdade: conflitos no campo**. Goiânia, Relatório da 8ª. Assembléia Regional da CPT, 1991.
- 8.FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- 9._____. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974;
- 10._____. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. In: **Novos Estudos CEBRAP Nº 1**. São Paulo: CEBRAP, 1981.
- 11.LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau. Ed. da FURB, 2000.
- 12.IBAMA /MMA. **Agenda 21**. Brasília, MMA, 2000.
- 13.IBGE. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.
- 14._____. **Censo Agropecuário 2006**; Rio de Janeiro, 2006.
- 15._____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acessando em 10/11/2016.

- 16.Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Recursos Hídricos. **Plano Nacional de Recursos Hídricos – Resumo Executivo**. Brasília, MMA, 2008.
- 17.OLIVEIRA, Humberto - **PTDRS – Território Sertão Central, Ceará - Um Exercício De Caso**, 2016.
- 18.PEDRÃO, Fernando. **Rever o Semi-Árido**. In: Bahia Análise & Dados. Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
- 19.PEICO, Rafael Echeverri & RIBEIRO, María Pilar. **Ruralidade, Teritorialidade e Desenvolvimento Sustentável; visão do território na América Latina e no Caribe**. Brasília: MDA/IICA, 2005.
- 20.PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.
- 21.SACHS Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado** – Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- 22._____. “Gestão Social para Desenvolvimento Sustentável e Democrático dos Territórios”, in ARAUJO, T. B. de - **Gestão Social dos Territórios** –parte I , Brasília, IICA, 2009.
- 23.SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semi-árido baiano**. In: Bahia Análise & Dados. Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
- 24.SEI. Bahia Análise & Dados. **Semi-Árido Baiano: desafios e perspectivas**. Vol. 8, jul-set, Salvador, SEI, 2008.
- 25.____ **Perfil Financeiro dos Municípios Baianos 2001-2006**. Vol. 6, Salvador, SEI, 2009.
- 26.SOUZA, Valmir Macedo de. **Análise da participação social no processo de planejamento do desenvolvimento do território Piemonte do Paraguaçu-BA (2005-2013)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2013.